

# Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fique atento e evite cair na malha fina do Fisco ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula diz que vai liberar R\$ 1 bi em emendas; R\$ 614 mi esta semana ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parlamentares avaliam medida para adiar reoneração da folha ..... 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bancada quer o adiar por 90 dias efeitos da reoneração ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita é contra fim de isenção para remessa de até US\$ 50 ..... 9

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto na compra de importados ..... 11

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Leão ainda aguarda 809 mil declarações ..... 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como declarar criptomoedas? - RECLAMAR ADIANTA ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Valor da dívida bruta vai a 75,7% do PIB em março ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida bruta atinge maior nível desde 2022 ..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida pública avança para 75,7% do PIB, maior nível em dois anos ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Dívida bruta do governo é a maior em dois anos ..... 19

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida do governo sobe e alcança 75,7% do PIB ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Desvinculação é avanço, mas acordo político será difícil, alertam analistas ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Tebet e Haddad começam pelo ponto mais difícil ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Ministério da Previdência é contra medida ..... 24

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gleisi critica Simone Tebet por critérios para corte de gastos ..... 25

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mudança no reajuste das aposentadorias ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Falta de dados atrapalha combate a fraudes ..... 27

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
SEGURIDADE SOCIAL

Setor público registra um superavit de R\$ 1,177 bi ..... 29

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Setor público tem superávit de R\$ 1,2 bi em março ..... 30

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas têm superávit de R\$ 1,2 bilhão ..... 31

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas registram superávit de R\$ 1,2 bilhão em março, aponta BC ..... 32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer mudar regras para os fundos de pensão ..... 33

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: novo teto de juros do consignado já está valendo ..... 36

GAZETA DE ALAGOAS - AL - NACIONAL/INTERNACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Grupo da farra do INSS cria mais duas entidades e fatura R\$ 24 mi por mês ..... 37

FOLHA ONLINE - SP - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos oferecem empréstimo com nova taxa de juros do consignado do INSS (Previdência)  
..... 38

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

A nova função do INSS em criar empregos para o Brasil ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

MPs exigem dados pessoais de quem solicita acesso a salários de servidores ..... 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária reduz cobrança sobre imóveis populares ..... 44

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota maior ..... 46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planejamento tributário e sucessório (Artigo)..... 47

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: como será o imposto sobre cerveja e outras bebidas alcoólicas (Reforma tributária)..... 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contrato simplificado e dívida sustada..... 50

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comissão auxiliará decisões..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma ficou entre as mais antigas e as mais modernas"..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula propõe estado de calamidade para tirar ajuda ao RS de regra fiscal..... 54

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Economistas devem reduzir corte da Selic desta semana..... 56

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Economistas veem impacto de pelo menos 0,10 ponto na inflação com chuvas no RS..... 57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Focus eleva projeção para taxa de juros no fim do ano..... 59

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Projeção para o IPCA no Focus passa de 3,73% para 3,72%..... 60

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Incerteza sobre ritmo do Fed em juros tende a manter dólar forte e "indomável"..... 61

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - CIDADES  
ECONOMIA

Mercado reduz projeção de inflação e eleva alta do PIB até o fim do ano..... 63

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Chuvas podem impactar economia do País..... 64

# Fique atento e evite cair na malha fina do Fisco

» **FERNANDA STRICKLAND**

Com o prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2024 chegando nas últimas semanas, garantir a conformidade às regras da **Receita Federal** é fundamental para evitar a malha fina. Especialistas alertam sobre as atualizações nas leis tributárias que afetam o processo de preenchimento do documento e sobre a data limite para o envio daso documentos, 31 de maio, para evitar multas.

Dependendo do perfil do contribuinte, o procedimento pode ser uma tarefa complexa e cheia de detalhes que merecem atenção.

"Evitar cair na temida malha fina é crucial para garantir tranquilidade e evitar dores de cabeça", explica Wagner Pagliato, coordenador do curso de Ciências Contábeis da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Fabiano Azevedo, empresário contábil e embaixador da Omie, orienta que, para não cair na malha fina, é preciso mostrar com exatidão todos os valores de rendimentos e investimentos de 2023 e ter total atenção na hora de transmiti- los por meio do programa da declaração de ajuste anual do IRPF, disponibilizado pela Receita. "Um simples erro de digitação poderá levar o contribuinte diretamente à malha fina", afirma.

Ainda é fundamental que os contribuintes fiquem muito atentos aos comprovantes e se a informação também foi declarada com exatidão pela fonte pagadora, o prestador de serviço ou o tomador de serviço. "Em alguns casos, pode acontecer de uma pessoa cair na malha fina por ter informado corretamente, mas a outra parte não ter feito o mesmo", alerta Azevedo. De acordo com o empresário, é necessário tomar cuidado e sempre guardar toda a documentação durante 5 anos, em caso de necessidade de comprovação por exigência da Receita.

"É muito comum que as pessoas incluam o pai ou a mãe como dependentes e isso é permitido apenas se os rendimentos tributáveis ou não dos pais não ultrapassou os R\$ 24.511,92. Se o valor for maior que isso, obrigando a declaração própria do IR, o contribuinte vai cair na malha fina. Se o declarante cometeu esse erro, deve retirar o pai ou mãe na retificação", pontua o especialista da Omie.

A inclusão do dependente em mais de uma declaração também é um erro comum que pode levar à malha fina, alertam os especialistas.

Quando ambas as partes do casal adicionam o filho como dependente na declaração, a Receita verá a repetição do CPF do filho e os dois poderão cair na malha fina. "Geralmente, o mais vantajoso é que o filho entre como dependente na declaração de quem tiver mais imposto a pagar", orienta Azevedo. Segundo ele, outro erro bastante comum diz respeito à pensão alimentícia, porque o o beneficiário é alimentando e não dependente.

"Se fizer confusão na declaração, o contribuinte vai cair na malha fina e pode pagar multa", diz.

Especialistas destacam que caso o contribuinte já tenha enviado a declaração e ela se encontra retida no sistema da Receita, é possível retificar os dados encontrados no sistema. E, para isso, o declarante precisa acompanhar as atualizações disponíveis no eCAC (Centro Virtual de Atendimento) antes de ser notificado oficialmente pela Receita por meio de carta.

Amanda Vitória, contadora parceira da Omie, explica ainda que a incompatibilidade dos dados poderá resultar em problemas, como pagamento de multa de até 75% do valor do imposto devido, além de ser indiciado por crime tributário.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/05/07/all.pdf>

# Lula diz que vai liberar R\$ 1 bi em emendas; R\$ 614 mi esta semana

**MARIANA CARNEIRO, SOFIA AGUIAR E CAIO  
SPECHOTO | COLABORARAM IANDER PORCELLA E  
GIORDANNA NEVES, DE BRASÍLIA | BIANCA LIMA, DE  
BRASÍLIA**

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informou ontem que o intuito do governo federal é liberar R\$ 1,060 bilhão em emendas de parlamentares gaúchos.

Além do valor destinado a emendas individuais e de bancada, outros R\$ 448 milhões serão destinados por meio do pagamento de transferências especiais, as chamadas "emendas Pix" - que caem direto na conta da Prefeitura, sem a necessidade de apresentação de um projeto ou convênio.

Padilha disse que será preciso modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para permitir ao governo antecipar o pagamento das emendas Pix, o que ele prevê que possa ocorrer na quinta, durante sessão do Congresso Nacional (com deputados e senadores).

Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a alteração na LDO permite a antecipação de transferências ao Rio Grande do Sul, uma vez que sem isso o governo deveria seguir um calendário, de forma homogênea a todos os Estados. "Isso autoriza o governo a antecipar o empenho e pagamento dessas emendas especiais", afirmou Padilha.

**DECRETO.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDL). O projeto, que dá celeridade às ações do governo, sem ferir as metas de responsabilidade fiscal, já foi aprovado à noite na Câmara e agora segue para o Senado.

Tebet, que descartou o uso de outros instrumentos federais, como PEC e MP, lembrou que uma alteração já foi feita na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2020, quando foi decretado Orçamento de Guerra na pandemia da covid-19, igualando o estado de calamidade pública ao estado de sítio e ao de defesa, o que permitiu ao governo tratar esse socorro como excepcionalidade.

**LINHA DE CRÉDITO.** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo ainda

prepara um pacote de medidas para atender a população afetada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. A equipe econômica vai propor outras frentes, como criação de linha de crédito às famílias para a reconstrução das casas e tratamento tributário especial às empresas em uma espécie de diferimento, além de uma solução para a questão da dívida do Estado. "Nós queremos submeter ao presidente amanhã (hoje) alguns cenários para quarta-feira nós definirmos", disse.

Pela manhã, os ministros Nísia Trindade (Saúde), Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Renan Filho (Transportes) já haviam se reunido com parlamentares da bancada gaúcha para avaliar o que poderia ser liberado mais rapidamente em emendas. Nísia disse que a pasta quer liberar toda emenda parlamentar individual alocada na área da Saúde até amanhã, o que representa R\$ 534 milhões. Com aval de outras pastas, a liberação até sexta chegaria a R\$ 614 milhões.

R\$ 534 milhões Ministra quer liberar todas as emendas parlamentares alocadas na área da Saúde até amanhã

\*

**Receita Federal** decide adiar pagamento de **impostos** | BIANCA LIMA, DE BRASÍLIA

A **Receita Federal** decidiu adiar o prazo de pagamento de todos os **tributos** federais devidos por contribuintes que residem nas localidades afetadas pela tragédia no Rio Grande do Sul. A decisão afeta, portanto, o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e os **tributos** do Simples Nacional, o que inclui o Microempreendedor Individual (MEI).

A decisão vai tratar apenas dos prazos de pagamento dos **tributos**, nos termos da autorização específica que o Fisco tem para alterar essas datas em caso de calamidade. O prazo de declaração do IRPF, portanto, ficará mantido para 31 de maio, mas poderá ser alterado nos próximos dias em novo ato da **Receita Federal**, segundo interlocutores do Ministério da Fazenda.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Parlamentares avaliam medida para adiar reoneração da folha

**BIANCA LIMA BRASÍLIA**

Parlamentares das bancadas ligadas às demandas empresariais avaliam propor uma lei para adiar por 90 dias a reoneração da folha de pagamento das empresas. A criação dessa noventena seria uma medida paliativa para evitar que as companhias já tenham de recolher a contribuição patronal pela alíquota cheia a partir do dia 20.

"É uma das possibilidades que estão sendo estudadas", afirmou ao Estadão o senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto que prorrogou a desoneração de 17 setores da economia até 2027. Atualmente, o benefício está suspenso por liminar do ministro Cristiano Zanin, Supremo Tribunal Federal (STF), que atendeu a pedido do governo.

A desoneração da folha é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária. Entre os setores beneficiados, estão confecção e vestuário; calçados; comunicação; e construção civil.

O presidente da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS), deputado Domingos Sávio (PL-MG), afirmou que há várias frentes de trabalho do Congresso relacionadas à desoneração. A principal delas, segundo ele, é continuar insistindo para que a decisão do STF seja revertida, se não integralmente, ao menos parcialmente.

Outra possibilidade seria emendar algum projeto de lei que tenha fonte de compensação para prever a desoneração da folha das empresas.

"E a terceira via de trabalho é a pressão política sobre o Executivo", disse Sávio.

Em um esforço articulado, os empresários vêm pressionando para que a própria **Receita Federal** adie a reoneração, e não descartam a convocação de um ato conjunto com as centrais de trabalhadores, uma vez que esses setores são grandes empregadores. Após reunião ontem, representantes dos 17 setores decidiram procurar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para fazer um pedido formal de adiamento da

cobrança.

A Fazenda, porém, tem resistência a esse adiamento - que impactaria nas contas públicas.

Interlocutores da equipe econômica ouvidos pelo Estadão alegam que não há que se falar em noventena quando há uma declaração de inconstitucionalidade, em referência à liminar do ministro Zanin. Esse entendimento, porém, é questionado por tributaristas, que citam jurisprudência do próprio STF em direção contrária.

Outro argumento é o fato de o governo não poder abrir mão de receita pública sem que haja previsão legal para tal. Membros da pasta dizem que o artigo 150 da Constituição é claro ao dizer que qualquer subsídio, isenção ou anistia de **impostos**, taxas e contribuições só poderá ser concedido "mediante lei específica".

Sem efeito O benefício fiscal foi suspenso por liminar do ministro Cristiano Zanin, do STF

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Bancada quer o adiar por 90 dias efeitos da reoneração

Parlamentares das bancadas ligadas às demandas empresariais avaliam propor uma lei para adiar por 90 dias a reoneração da folha de pagamento das empresas.

A criação dessa noventena seria uma medida paliativa para evitar que as companhias já tenham de recolher a contribuição patronal pela alíquota cheia no próximo dia 20, data do pagamento.

"É uma das possibilidades que está sendo estudada", afirmou ao Estadão o senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto que prorrogou a desoneração de 17 setores da economia até 2027, que inclui milhares de empresas que contratam mais de 9 milhões de pessoas. Atualmente, o benefício está suspenso por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Questionado se a ideia seria propor uma lei específica sobre o tema ou incluir um artigo sobre o assunto em texto correlato, Efraim diz que "ambas as hipóteses" estão sendo consideradas.

Segundo ele, o objetivo é tentar construir uma saída mediada, que envolva o Ministério da Fazenda.

"Uma solução pela via da política e não jurídica, que é o melhor", disse.

Segundo Efraim, seria uma forma de reduzir a insegurança jurídica do setor produtivo e ajudar a amenizar "o desgaste do governo com o segmento".

O Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Joaquim Passarinho (PL-PA), confirmou que a proposição de uma lei prevendo a noventena é uma das possibilidades em estudo, mas afirmou que os parlamentares ainda vão dialogar sobre o tema. "Vamos conversar ainda hoje", disse.

O presidente da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS), deputado Domingos Sávio (PL-MG), reforçou que há várias frentes de trabalho relacionadas à desoneração. A principal delas, segundo ele, é continuar insistindo para que a decisão do STF seja revertida, se não integralmente, ao menos parcialmente.

"O Supremo poderia dar ganho de causa parcial (à União), descartando (da lei) apenas aquilo que o

Congresso acrescentou durante a tramitação", afirma Sávio.

Dentre os itens inseridos pelos parlamentares está a desoneração da folha dos municípios, também suspensa pela liminar do Supremo.

**PRESSÃO** Outra possibilidade seria emendar algum projeto de lei que tenha fonte de compensação para prever a desoneração da folha das empresas até 2027 e, se possível, também das prefeituras.

"E a terceira via de trabalho é a pressão política sobre o Executivo", diz Sávio.

Os empresários pressionam para que a **Receita Federal** adie a reoneração, e não descartam a convocação de um ato conjunto com as centrais de trabalhadores, uma vez que esses setores são grandes empregadores. A manifestação está sendo avaliada para amanhã, em São Paulo.

"É imprescindível que não haja obrigatoriedade de pagamento do imposto majorado no próximo dia 20 e que haja um prazo para que possamos alcançar um entendimento definitivo", afirma Vivien Suruagy, presidente da Feninfra, entidade que representa as empresas do setor de infraestrutura de telecomunicações.

Fazenda alega obstáculos à flexibilização

Interlocutores da equipe econômica citam dois fatores que impossibilitam a flexibilização por parte do Fisco. A declaração de inconstitucionalidade do ministro Cristiano Zanin, do STF, que acatou ação do governo e suspendeu a desoneração. E o artigo 150 da Constituição, que é bastante claro ao dizer que qualquer subsídio, isenção ou anistia de **impostos**, taxas e contribuições só poderão ser concedidos "mediante lei específica".

Confira os setores que serão atingidos pela reoneração:

Confecção e vestuário;

Calçados;

Construção civil;

Call center;

Comunicação;

Empresas de construção e obras de infraestrutura;

Couro;

Fabricação de veículos e carroçarias;

Máquinas e equipamentos;

Proteína animal;

Têxtil;

TI (tecnologia da informação);

TIC (tecnologia de comunicação);

Projeto de circuitos integrados;

Transporte metroferroviário de passageiros;

Transporte rodoviário coletivo; e

Transporte rodoviário de cargas.

**Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-acf763e3a9c068642d39ad3c7037de20.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-acf763e3a9c068642d39ad3c7037de20.pdf)**

# Receita é contra fim de isenção para remessa de até US\$ 50

**Raphael Di Cunto, Jéssica Sant'Ana, Marcelo Ribeiro e Lu Aiko Otta**

O governo vai propor ao Congresso Nacional um "meio-termo" ao fim da isenção de US\$ 50 para importações via remessas internacionais. O benefício tributário é alvo de disputa entre empresas de e-commerce internacional, que utilizam o mecanismo para baratear os produtos vendidos no Brasil, e a indústria e varejo nacionais, que reclamam de uma suposta "concorrência desleal". Nessa segunda-feira (6), a **Receita Federal** se posicionou contra o fim total da isenção.

O posicionamento da Receita consta de relatório bimestral do Remessa Conforme. O documento ficou pronto em 22 de abril, mas só foi publicado nesta segunda-feira, dois dias após avançar no Congresso uma proposta para acabar com o benefício fiscal. "Propõe-se a manutenção da alíquota atualmente vigente para remessas abaixo de US\$ 50 amparadas pelo PRC [Programa Remessa Conforme], para que se possa melhor avaliar os efeitos da estratégia adotada em relação à política tributária para remessas internacionais", diz o relatório da Receita.

O deputado Átila Lira (PP-PI) assumiu a relatoria do Projeto de Lei (PL) 914/2024, que cria o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), nova política automotiva do governo, e divulgou parecer no sábado com o fim da isenção para as importações de até US\$ 50. Isso faria com que esses produtos sejam taxados em 60% de Imposto de Importação (II), além do ICMS (que é estadual e cobrado desde o ano passado).

Átila Lira se reuniu com o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para discutir a proposta e as alterações feitas por ele no Mover para facilitar a importação de veículos. "Ele pediu que seja tratada essa questão das importações para preservar a indústria brasileira, mas que não fosse uma revogação total, que criássemos a possibilidade de alguma coisa intermediária", disse.

O governo ainda não desenhou esse mecanismo, que deve ser apresentado ao parlamentar nesta terça-feira pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas.

Segundo o Valor apurou, a Receita está contra o fim

da isenção, com a percepção de que a cobrança de 60% de Imposto de Importação poderia desestruturar o Remessa Conforme, programa considerado bem-sucedido. A alíquota máxima admitida seria de 30%, mas ainda não há decisão sobre se essa será a proposta levada ao Congresso. A avaliação é que somente com a aplicação do ICMS de 17% já houve uma queda nas remessas. A volta do imposto de importação aceleraria esse movimento. Há, ainda, o interesse dos Estados de subir a alíquota do imposto estadual para 25%.

Ano passado, a decisão de propor a taxaço levou à perda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que virou alvo de uma enxurrada de críticas nas redes sociais. O petista mandou suspender o fim da isenção e reestudar o assunto. Setores da indústria e do varejo tentam, desde então, pressionar o Executivo e Legislativo a acabarem com o benefício que, para eles, gera "concorrência desleal".

O fim do benefício fiscal é defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e deve ser colocado em votação esta semana no plenário da Câmara. A intenção é que o projeto esteja sancionado até 31 de maio, prazo em que a medida provisória (MP) do Mover perderá a validade.

O texto ainda precisará passar pelo Senado, mas a palavra final sobre o projeto deve ser dos deputados neste assunto.

O relatório bimestral do Remessa Conforme mostra que há volume substancial de produtos vendidos ao Brasil com a isenção. Em fevereiro e março deste ano, foram 30,6 milhões de remessas recebidas.

No mesmo período, foram registradas 32,2 milhões de vendas (o montante é diferente porque o pacote as vezes demora a chegar).

Essas remessas alcançaram o valor aduaneiro de R\$ 2,6 bilhões. O governo arrecadou R\$ 328 milhões com o Imposto de Importação nos dois meses.

De acordo com o relatório, a quantidade de itens declarados à Receita totalizou 96,06% das remessas que chegaram ao Brasil.

Há sete empresas habilitadas no programa:

Aliexpress, Shopee, Shein, Sinerlog Store, Amazon, Magazine Luiza e Mercado Livre.

Outras 46 aguardam o pedido de certificação ser analisado pelo governo e 59 foram rejeitadas por insuficiência documental.

O relatório diz que o período fevereiro/março foi o segundo que cobriu a totalidade das remessas recebidas e, por isso, sugere mais tempo para decidir sobre a cobrança do imposto. "Apesar da formação de uma base de dados de todo o universo das remessas internacionais, é necessária maior abrangência temporal da coleta desses dados para que seja possível iniciar um estudo de cenários a fim de propor, se for o caso, modificações na alíquota aplicada", afirma a Receita.

O fim do benefício é defendido por Arthur Lira e deve ser votado nesta semana na Câmara

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1&section=1)**

# Imposto na compra de importados

O relator do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), Átila Lira (PP-PI), incluiu no relatório da proposta o fim da isenção do Imposto de Importação para as compras internacionais de até US\$ 50 (R\$ 254).

O projeto será votado nos próximos dias na Câmara dos Deputados. O texto ainda pode passar por modificações. Em agosto de 2023, entrou em vigor o programa Remessa Conforme, do Ministério da Fazenda, que funciona por adesão.

Com ele, o Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 foi zerado - antes, era de 60%. Isso vale para empresas como Shoppe e Shein. Pelo programa, essas empresas devem pagar ICMS (imposto estadual) de 17%, sobre compras de qualquer valor. Antes

do programa, havia diferentes alíquotas do imposto estadual para essas compras.

A medida desagradou os varejistas brasileiros, que se queixam de concorrência desequilibrada com importados. O deputado Atila Lira (PP-PI) fala em "preocupação" com a indústria nacional, ao propor a revogação da medida.

"Propomos revogar a possibilidade de importações via remessa postal que hoje estão isentas, para não gerar desequilíbrio com os produtos fabricados no Brasil, que pagam todos os **impostos**", diz o relatório. O texto não diz, porém, qual seria a alíquota.

No Ministério da Fazenda, segundo interlocutores, houve uma "tímida comemoração" com a possibilidade que teria sido discutida com o governo anteriormente. O ministro Fernando Haddad teria dito enxergar um "respiro" depois de dias difíceis de relação com os parlamentares.

PROGRAMA Criado pelo governo federal, o Mover tem objetivo de incentivar a descarbonização de veículos brasileiros, além de promover o desenvolvimento tecnológico e a competitividade global.

O Mover prevê, até 2028, que as empresas do setor automobilístico que produzem no Brasil poderão obter créditos financeiros a serem usados para abatimento de quaisquer **tributos** administrados pela **Receita Federal** ou até serem ressarcidos em dinheiro.

Para isso, os fabricantes deverão realizar gastos em pesquisa e desenvolvimento ou produção tecnológica no país.

São fixados limites anuais para tais créditos: em 2024, R\$ 3,5 bilhões; em 2025, R\$ 3,8 bilhões; em 2026, R\$ 3,9 bilhões; em 2027, R\$ 4 bilhões; e, em 2028, R\$ 4,1 bilhões.

Receita defende manutenção da isenção

A **Receita Federal** reafirmou, ontem, sua visão contrária ao fim da isenção do Imposto de Importação para as compras internacionais de até US\$ 50 (R\$ 254).

Expresso no Relatório Bimestral de Avaliação do Programa Remessa Conforme (PRC), o posicionamento foi divulgado em um momento em que o relator do projeto de lei que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), Átila Lira (PP-PI), incluiu em seu parecer o fim da cobrança do tributo.

O órgão negou que a divulgação do documento pela área técnica seja uma resposta ao parlamentar. Segundo o Fisco, essa posição está presente nos relatórios sobre o programa - em vigor desde agosto de 2023 - incluindo este último, referente a fevereiro/março.

No relatório divulgado ontem, o órgão indica que precisa de um prazo maior para o estudo de cenários que permitam propor eventuais modificações no programa.

Por essa razão, diz o texto, "propõe-se a manutenção da alíquota atualmente vigente para remessas abaixo de US\$ 50 amparadas pelo PRC, para que se possa melhor avaliar os efeitos da estratégia adotada em relação à política tributária para remessas internacionais".

A isenção desagradou aos varejistas brasileiros, que se queixam de concorrência desequilibrada com importados. Átila Lira (PP-PI) fala, em seu relatório, sobre "preocupação" com a indústria nacional, ao propor a revogação.

# Leão ainda aguarda 809 mil declarações

**Millena Marques\***

Na Bahia, apenas 897,5 mil declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) foram entregues este ano, de acordo com dados atualizados pela **Receita Federal** ontem. A expectativa do órgão é receber 1,7 milhão de declarações de baianos em 2024 até o final do prazo, em 31 de maio. Ou seja, 809,7 mil baianos ainda não entregaram seus formulários. Em 2023, foram recebidas do estado, dentro do prazo, o total de 1,6 milhão de declarações.

A janela para declaração do IRPF foi aberta no dia 15 de março. Os contribuintes que não entregarem o documento estão sujeitos a implicações, como a pendência para regularização de CPF. "A pessoa não vai poder tirar passaporte, obter créditos em bancos oficiais, não participará de concursos públicos e outras exigências que são feitas com base no CPF", explica o auditor-fiscal da Receita Adilson Matos, salientando que o CPF só será regularizado após a entrega da declaração.

Dentre as pessoas que ainda não declararam está o autônomo Guilherme Almeida, de 36 anos. O motivo? Tempo insuficiente para organizar informações. "Eu acabo deixando sempre para a última hora, mas faço. Ainda não sei como fazer, mas, qualquer coisa, recorro a um amigo contador", diz. O atraso da entrega ainda resulta em aplicação de multas: de 1% ao mês. E é pensando em evitar esse problema que Almeida pretende regularizar a situação dele antes do prazo se encerrar. "Vou tentar me organizar para entregar pelo menos uma semana antes", afirma.

Contador e presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), Sérgio Túlio Moura orienta entregar a declaração o mais rápido possível. Isso porque, além de evitar multas, "permite fazer a declaração com mais segurança no lançamento das informações".

Os erros mais comuns cometidos pelos contribuintes no preenchimento do formulário do IR, segundo Moura, são: incluir dependentes sem informar a renda (caso tenham) e despesas médicas indevidas; não informar rendimentos por esquecimento ou erro de digitação; informar o mesmo dependente em declarações diferentes; e apresentar bens e não ter rendimentos que justifiquem a aquisição refletido em um dos problemas na hora de declarar o IRPF.

Esses problemas resultam em consequências para os

contribuintes, desde pendência com prazo para regularização até a entrada na malha fina da Receita. "Também poderá ser retificada a declaração de ofício pela **Receita Federal**, aumentando o valor a pagar ou diminuindo o valor da restituição", explica Moura.

Neste ano, o auditor identificou uma dúvida persistente entre os contribuintes baianos: é necessário declarar os informes de rendimento de plataformas bancárias digitais e do mercado crédito? Segundo ele, se o contribuinte mantém conta nesse tipo de instituição, tem saldos ou fez alguma aplicação, essas informações precisam ser lançadas no formulário. "Elas [plataformas digitais] vão te oferecer algum tipo de informe de rendimento (para ser declarado)", explica.

\*

## ONDE FAZER A DECLARAÇÃO DE GRAÇA

### UNIJORGE

Por meio do Núcleo de Gestão, o Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) promoverá suporte gratuito para a população nos campi Paralela e Cajazeiras. No Campus Collab Cajazeiras, o serviço será ofertado na próxima quarta-feira (8), das 9h às 18h. Entre 20 e 29 de maio, o atendimento acontecerá no Campus Paralela, das 16h às 19h. A ação é exclusivamente para declarações simplificadas e os contribuintes poderão tirar dúvidas e ter a sua declaração pronta na hora. O serviço fará a verificação de documentos, o preenchimento da declaração, envio para a **Receita Federal** e entrega do recibo. Esta atividade será realizada por alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, devidamente capacitados, sob a supervisão de professores. A ação é gratuita, mas o contribuinte deve fazer uma inscrição no site da Unijorge. Para o atendimento, os contribuintes devem atualizar a senha do portal Gov.br para o nível Prata ou Ouro e levar os documentos impressos

### UNIFACS

Por meio do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), Universidade Salvador (Unifacs) vai realizar plantões no Piso L3 do Shopping Piedade, de segunda a sexta-feira, das 14h às 17h, por ordem de chegada. O serviço é gratuito, mas o shopping pede a contribuição de uma lata de leite para auxiliar instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social.

## ESTÁCIO

O Centro Universitário Estácio Salvador, por meio do Laboratório de Práticas em Gestão (LPG), oferece um programa de suporte para esclarecer dúvidas, auxiliar no preenchimento e envio da declaração de Imposto de Renda. O atendimento gratuito e presencial acontece no campus Gilberto Gil, no Stiep, de segunda a sexta, entre às 17h e 20h. "É preciso fazer agendamento prévio porque o horário de encerramento da orientação gratuita varia a depender do dia da semana", esclarece Roberto Francisco de Sousa, contador e docente da Estácio.

### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

Declaração do ano anterior (se tiver) em PDF ou arquivo de cópia de segurança / Dados de identificação do contribuinte (CPF, título de eleitor, endereço residencial com CEP, dados profissionais) / CPF, nome completo e data de nascimento dos dependentes (se tiver) / Informe de rendimentos de todas as fontes (onde trabalhou ou prestou serviços em 2023; e de aposentadoria, se tiver) / Informe para IR de instituições financeiras (bancos) / Notas de despesas médicas, planos de saúde e de educação, seu e de seus dependentes (se tiver) / Documentação referente a bens adquiridos em 2023 e de anos anteriores, caso não tenha a declaração do ano passado / Comprovantes de rendimentos com aluguéis (se tiver)

\*COM ORIENTAÇÃO DE PERLA RIBEIRO

**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# Como declarar criptomoedas? - RECLAMAR ADIANTA

Comecei a investir em criptomoedas no último ano e agora estou me preparando para declarar o Imposto de Renda. Estou confusa sobre como devo declarar meus investimentos em moedas digitais, já que não possuo experiência anterior com esse tipo de ativo financeiro. Como devo fazer?

(Maria Clara Veiga, Anchieta)

Silvia Soares, contadora e Conselheira do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, esclarece que a declaração de investimentos em criptomoedas é opcional se o valor investido for inferior a R\$5 mil.

Segundo a especialista, as criptomoedas em ser declaradas na ficha "Bens e Direitos", no grupo 8, utilizando o código correspondente ao tipo de moeda. Na descrição do bem, é necessário registrar a quantidade adquirida e o preço médio pago. Se as criptomoedas foram adquiridas de um investidor, deve-se declarar o nome e CPF do mesmo; se custodiadas, informar o nome e CNPJ da empresa custodiante. Na coluna "ano", deve-se informar o saldo final de cada uma. Silvia ressalta que a omissão dessas informações pode resultar em multa.

Vale lembrar que a **Receita Federal** começou a receber as declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2024 no dia 15 de março e o prazo segue até 31 de maio, salienta o advogado Átila Nunes do serviço [www.reclamaradianta.com.br](http://www.reclamaradianta.com.br). O atendimento é gratuito pelo e-mail [juridico@reclamaradianta.com.br](mailto:juridico@reclamaradianta.com.br) ou pelo WhatsApp (21) 993289328.

Casos resolvidos pela equipe do Reclamar Adianta (WhatsApp:21 -99328-9328 - somente para mensagens: Ana Christessen (Itaí), Maria Gomes Brito (Rio Aguas), Alexandre dos Santos (Qualicorp).

**Site:** <https://flip.odia.com.br>

# Valor da dívida bruta vai a 75,7% do PIB em março

*I CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA*

Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que a dívida bruta do governo geral (que inclui o governo federal, os dos Estados e dos municípios, excetuando as estatais e o próprio BC) chegou a R\$ 8,347 trilhões em março, o equivalente a 75,7% do **PIB**.

Em fevereiro, esse percentual era de 75,5% e, em dezembro do ano passado, 74,4%.

O pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid- 19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do **PIB**. O indicador é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do país.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Dívida bruta atinge maior nível desde 2022

» **RAPHAEL PATI**

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu em março e atingiu R\$ 8,3 trilhões, o que equivale a 75,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, maior patamar em dois anos. O montante, que equivale ao resultado total da dívida do governo federal, da **Previdência Social** e dos governos estaduais e municipais, foi divulgado, ontem, pelo Banco Central (BC), e representa aumento de R\$ 268 bilhões, no primeiro trimestre de 2024 em relação os dados de dezembro de 2023, quando a dívida pública bruta estava em 74,4% do **PIB**.

Esse é o maior patamar do endividamento público desde abril de 2022, quando esse percentual estava em 76,3%, com base nos dados da metodologia do Banco Central. O pico da dívida pública bruta foi alcançado em dezembro de 2020, de 87,6% do **PIB**, no auge da pandemia da covid-19.

No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida pública bruta chegou ao piso de 51,5%.

A dívida pública bruta é um termômetro da solvência do país e, quanto maior ela for em relação ao **PIB**, maior é o risco de calote.

Conforme os dados do BC, o aumento de 1,3 ponto percentual na dívida pública foi causado, principalmente, pelo efeito do aumento dos juros nominais, que somaram R\$ 209,2 bilhões em março, ou 7,6% do **PIB**. Esse dado foi 15% superior aos R\$ 181,8 bilhões contabilizados na conta de juros nominais no primeiro trimestre do ano passado.

Apenas em março, a conta de juros nominais do setor público consolidado - que inclui as contas dos governos federal e regionais e das estatais federais, excluindo Petrobras e Eletrobras -, o valor total foi de R\$ 64,2 bilhões no último mês de março - valor ligeiramente inferior ao do mesmo mês do ano passado, quando os juros somaram R\$ 65,3 bilhões. Em 12 meses, os juros nominais atingiram R\$ 745,7 bilhões, o que equivale a 6,76% do **PIB**.

A dívida pública líquida, que desconta as reservas internacionais do país, também registrou aumento pelo terceiro mês consecutivo, somando 61,1% do **PIB**, ou R\$ 6,7 trilhões.

O resultado primário das contas do setor público consolidado ficou positivo em R\$ 54,6 bilhões no mês

de março. Contudo, no acumulado em 12 meses encerrados até o terceiro mês do ano, o déficit primário somou R\$ 252,9 bilhões, o equivalente a 2,29% do **PIB**. Enquanto isso, o resultado nominal, incluindo a conta de juros, ficou negativo em R\$ 154,6 bilhões no fim de março, o equivalente a 5,51% do **PIB**.

Esse dado representa aumento de 25,3% em relação ao saldo negativo de R\$ 123,4 bilhões contabilizados no mesmo trimestre de 2023.

Apesar do saldo positivo nas contas do setor público consolidado, o aumento da dívida pública bruta neste início de ano evidencia uma situação desconfortável para as contas do governo federal, de acordo com o presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon -SP), Pedro Afonso Gomes. Na avaliação dele, o principal problema são as taxas de juros, que estão em patamares elevados, encarecendo o custo desse endividamento.

A taxa básica da economia (Selic), atualmente está em 10,75% ao ano, e analistas esperam uma redução no ritmo de corte dos juros nesta semana, na terceira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do ano. Contudo, Gomes acredita que ainda não há motivo para desespero, "visto que o aumento da relação dívida-**PIB** ainda é considerada baixa, do ponto de vista geral".

Para o analista de renda fixa da Levante Inside Corp, Fabricio Silvestre, o resultado não trouxe surpresas em relação às expectativas iniciais, apesar de manter uma dinâmica "pouco favorável" para estabilização da dívida, que ainda segue em trajetória de alta após o governo mudar a meta fiscal no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que dificilmente será cumprida, na avaliação dele.

» Previsões de Selic mais alta

Às vésperas de mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, as previsões do mercado para a taxa básica da economia (Selic) voltaram a subir na edição desta semana do Boletim Focus.

Conforme os dados do relatório, a mediana das estimativas para a taxa Selic no fim do ano passou de 9,50% para 9,63% ao ano, bem acima dos 9% estimados há quatro semanas. A reunião do Copom começa hoje e termina amanhã e crescem as apostas

de um corte de 0,25 ponto percentual em vez de uma redução de 0,50 ponto, ritmo das reuniões anteriores, desde o início do ciclo de ajuste monetário, iniciado em agosto de 2023. Para 2025, a mediana das previsões ficou estável em 9% e, para 2026, passou de 8,50% para 8,75%.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2024/05/07/all.pdf>**

# Dívida pública avança para 75,7% do PIB, maior nível em dois anos

**RENAN MONTEIRO BRASÍLIA**

A dívida pública bruta do país, considerado o mais importante indicador de solvência do governo, atingiu 75,7% do **PIB** ou (R\$ 8,3 trilhões) em março, um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior. A informação foi divulgada ontem pelo Banco Central. E o maior patamar desde abril de 2022, quando estava em 76,33% do **PIB**.

A dívida bruta é calculada com base nas contas do governo federal, **INSS**, governos estaduais e municipais. De acordo com o BC, o crescimento da dívida em março está relacionado com as despesas com juros, com a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional no mercado financeiro e pela redução do **PIB** nominal.

A dívida cresceu mesmo com as contas no azul em março. As contas do setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e empresas estatais, tiveram saldo primário positivo de R\$ 1,2 bilhão. Em março de 2023, houve déficit de R\$ 14,2 bilhões. Foi o primeiro superávit desde janeiro.

O saldo primário é a diferença entre receitas e despesas públicas, sem considerar o pagamento de juros da dívida. Há superávit quando as receitas superam as despesas.

Em março, o governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) e as empresas estatais registraram saldos negativos de R\$ 1,9 bilhão e de R\$ 343 milhões, respectivamente. Já os governos regionais tiveram superávit de R\$ 3,4 bilhões no terceiro mês do ano.

Nos três primeiros meses deste ano, ainda segundo o BC, as contas públicas registraram um superávit de R\$ 54,63 bilhões, ou 2% do **PIB**, contra um resultado positivo de R\$ 58,4 bilhões (2,2% do **PIB**) no mesmo período do ano passado.

Para 2024, a meta fiscal, fixada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de um déficit de até R\$ 13,31 bilhões para as contas do setor público consolidado.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Dívida bruta do governo é a maior em dois anos

**Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro**

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) continuaram subindo no primeiro trimestre deste ano e atingiram, respectivamente, 75,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e 61,1% do **PIB** em março, segundo o Banco Central (BC). Para a dívida bruta, é o maior patamar desde abril de 2022. Já a dívida líquida não chegava a esse nível desde dezembro de 2020.

Ambos indicadores tiveram como principal impacto altista a incorporação de juros nominais em 1,9 ponto percentual (p.p) em 2024. De outro lado, diversos fatores contribuíram para atenuar essa alta, como o crescimento do **PIB** nominal, em 1,2 p.p para a dívida bruta e 0.9 p.p para a líquida.

O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, explica que a dívida líquida é um conceito mais abrangente do que a bruta porque considera todos os ativos e passivos financeiros de dívida.

A dívida bruta considera apenas os passivos. Além disso, a dívida líquida engloba todos os entes públicos, como governo federal, governos regionais, estatais e BC. A bruta, por sua vez, não considera o BC nem as estatais.

Em nota, o chefe de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, afirmou que a expectativa é que o resultado primário do setor público continue "no vermelho" no futuro próximo e que a dinâmica da dívida bruta deve "permanecer em uma trajetória de alta nos próximos anos".

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 mostra previsão de que a dívida bruta ficará em 76,6% do **PIB** neste ano e subiria até 79,7% do **PIB** em 2027. Depois disso, recuaria gradualmente, chegando a 79,3% em 2029 e 74,5% em 2034.

A dívida líquida chegaria a 66% em 2025 e a 69,6% em 2028.

Para o mercado, segundo o relatório Focus, há previsão de um endividamento mais alto. A dívida bruta ficaria em 77,7% do **PIB** em 2024, subiria para

83% em 2027, só cairia em 2031 e ainda voltaria a subir no ano subsequente. Já a dívida líquida chegaria a 63,85% este ano e subiria a 69,9% em 2027.

Além dos indicadores de endividamento, o BC publicou o resultado fiscal de março, que teve superávit primário de R\$ 1,2 bilhão, contra déficit de R\$ 14,2 bilhões no mesmo mês de 2023. Os principais fatores para o resultado foram o superávit de R\$ 3,4 bilhões dos governos regionais, que incluem Estados e municípios, e o déficit de R\$ 1,9 bilhão do governo central, abaixo dos R\$ 9,7 bilhões negativos de março de 2023. Por sua vez, as estatais registraram déficit de R\$ 343 milhões.

O chefe do departamento de estatísticas do BC explicou que, no caso do governo central, houve crescimento mais acentuado nas receitas do que nas despesas. Já nos governos regionais, Rocha disse que a alta nas transferências da União foi de 9,2% em termos reais.

No caso da arrecadação própria dos Estados, com o ICMS, o aumento foi de 12,9%. Segundo Rocha, contribuiu na arrecadação própria dos estados a reoneração de combustíveis ocorrida neste ano.

Camila Abdelmalack, economista- chefe da Veedha Investimentos, ressalta que vem observando um incremento nas receitas devido a medidas adotadas pelo governo no ano passado e ao ritmo da atividade econômica, mas "os gastos estão crescendo acima da **inflação** de maneira que é esperado que a dinâmica de gastos leve a um déficit por parte do governo no ano de 2024". A meta do governo para este ano é de déficit zero e o Focus mostra expectativa do mercado de déficit de 0,67% do **PIB**.

No trimestre, o superávit primário foi de R\$ 54,6 bilhões, abaixo dos R\$ 58,4 bilhões do mesmo período de 2023.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1&section=1>

# Dívida do governo sobe e alcança 75,7% do PIB

A dívida bruta do país segue crescendo e alcançou e somou R\$ 8,35 trilhões no mês de março, montante 75,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que representa aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior, segundo divulgou o Banco Central nessa segunda-feira (06/05). O resultado, segundo o BC, ocorreu em razão do efeito dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 ponto percentual), do resgate líquido de dívida (redução de 0,2 p.p.) e da variação do **PIB** nominal (queda de 0,2 p.p.).

Com isso, a tendência é que o endividamento público do país siga avançando em 2024. Somente neste ano, houve aumento de 1,3 ponto percentual decorrente principalmente da incorporação de juros nominais (aumento de 1,9 p.p.), da emissão líquida de dívida (elevação de 0,3 p.p.) e do recuo do **PIB** nominal (redução de 1,2 p.p.). A dívida bruta compreende ao governo federal, Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), governos estaduais e municipais. O montante é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. Isso porque a comparação é feita em relação ao **PIB** para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

A dívida líquida, por sua vez, que desconta os ativos do governo, atingiu 61,1% do **PIB** em março (R\$ 6,7 trilhões), aumento de 0,2 ponto percentual do **PIB** no mês. A variação mensal também é explicada, segundo o BC, pelos impactos dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 ponto percentual). De acordo com a metodologia da autoridade monetária, o setor público do país registrou um superávit primário de R\$ 1,2 bilhão em março, frente ao déficit de R\$ 14,2 bilhões no mesmo mês de 2023.

O montante também contempla os resultados de governo central (governo federal, BC e **INSS**), governos estaduais e municipais e empresas estatais. Em março deste ano, o governo central teve um déficit de R\$ 1,9 bilhão, conforme sinalizado pelo Tesouro Nacional, e as empresas estatais, de R\$ 343 milhões. Os governos estaduais e municipais, por outro lado, tiveram superávit de R\$ 3,4 bilhões.

O chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, explica que o déficit do governo central foi o menor para meses de março desde 2021 (R\$ 3,9 bilhões). "Em março de 2023, o déficit atingiu

R\$ 9,7 bilhões. Essa redução de um déficit de R\$ 9,7 bilhões para um déficit de R\$ 1,9 bilhão [em março de 2024] significa que no período, em termos nominais, o governo central reduziu o seu déficit em 80,5%. Quando a gente olha o crescimento da receita líquida, 8,3% em termos reais [de março de 2023 para março de 2024], houve um crescimento generalizado na arrecadação de **impostos**", explicou. Para a melhorar a situação dos governos regionais em março, segundo Rocha, é preciso haver crescimento nas transferências de recursos da União.

Meta Para 2024, a meta do governo federal é de déficit zero. No mês passado, foi proposta uma revisão na trajetória das contas públicas, com meta fiscal zero também para 2025, não mais 0,5% do **PIB**, com uma alta gradual até chegar a 1% do **PIB** em 2028. A piora no alvo da política fiscal, contudo, deve ter consequências negativas sobre a trajetória da dívida pública. Segundo estimativas da área econômica, será preciso um superávit de 1% do **PIB** para estabilizar a dívida. Pelas projeções do Executivo, a dívida bruta continuará subindo até 2027, quando alcançará os 79,7% do **PIB**, para só então começar a cair lentamente até 74,5% do **PIB** em 2034.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Desvinculação é avanço, mas acordo político será difícil, alertam analistas

**Marta Watanabe, Marsílea Gombata e Anaís Fernandes**

Desvincular o aumento do salário mínimo à Previdência e aos benefícios assistenciais e também desatrelar os pisos dos gastos de saúde e educação às receitas estão entre as medidas prioritárias para garantir a sustentabilidade da dívida pública. Embora sejam consideradas imprescindíveis para evitar que a economia seja "sufocada" com a busca de receitas, as medidas de desvinculação geram dúvida sobre sua viabilidade política.

Em entrevista publicada ontem pelo Valor a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, declarou-se favorável à desvinculação entre Previdência e salário mínimo, que tem sido ajustado em termos reais. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recomendou na rede social X (o ex-Twitter) um artigo em que o economista Bráulio Borges aponta a desvinculação do piso previdenciário com o salário mínimo como um dos caminhos para reduzir as despesas da União. O artigo foi publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre.

Para Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners, as declarações de Tebet mostram percepção de que medidas como as de "spending reviews" não são suficientes para a consolidação fiscal e é preciso corte maior de despesas. "Criamos regras excessivamente flexíveis que permitem acomodar mais gastos de forma incompatível com o crescimento econômico e a sustentabilidade da dívida pública.

Não vamos gerar volume de receitas necessário para amparar os gastos sem sufocar a economia." As despesas da Previdência já correspondem a mais de 40% da receita total do governo e são de longe a principal conta de despesa do governo federal, destaca Silvio Campos Neto, economista e sócio da Tendências. Ele cita estudo no qual o Tesouro Nacional mostra que para cada R\$ 1 a mais de salário mínimo são quase R\$ 400 milhões de aumento de despesas com a Previdência e benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial.

"Olhando o reajuste real previsto de 2023 a 2026, estamos falando de aumento acumulado de cerca de R\$ 150 bilhões, em razão da política de valorização do

mínimo e sua vinculação aos benefícios." No artigo recomendado por Haddad, Borges defende que um "elemento crucial" para conter os gastos previdenciários seria a desvinculação do piso da aposentadoria e de outros benefícios assistenciais, como o BPC, do salário mínimo nacional. Ele sugere que as aposentadorias e pensões sejam reajustadas pela **inflação**. Borges também defende que critérios de idade mínima de aposentadoria e tempo mínimo de contribuição não sejam fixos ao longo do tempo, mas acompanhem de forma "automática" a evolução da expectativa de sobrevida da população brasileira apurada pelo IBGE.

Para Kawall, a correção pela **inflação** de aposentadorias e benefícios assistenciais poderia ser caminho intermediário a ser proposto no debate da desvinculação do salário mínimo, o que traria maior flexibilidade para o gasto e tornaria discricionário eventual reajuste real. Há necessidade também de reformas paramétricas na concessão de aposentadorias, diz. "Seria uma reforma relativamente mais simples porque a mudança fundamental de condicionar por idade já foi feita em 2019." Kawall lembra, porém, que essa recalibragem, que se faz necessária ao longo do tempo, só fará efeito em dez ou 15 anos. "No curto prazo o aumento real do salário mínimo alarga a base da pirâmide e isso será inviabilizado ao longo do tempo. Não dará tempo de a mudança estrutural de recalibragem fazer diferença. No curto prazo é mais importante fazer a desvinculação [com o salário mínimo]." Outra questão importante que está nas declarações de Tebet, segundo Kawall, é a dos pisos mínimos para saúde e educação, que trazem uma dinâmica de crescimento real dos gastos nessas áreas e conflitam com a sustentabilidade fiscal no médio e longo prazos.

A vinculação entre receitas da União e gastos com saúde e educação foi efeito da chamada Emenda da Transição (EC 126/2022), que, ao revogar o teto de gastos e outros mecanismos de correção de despesas, trouxe automaticamente as regras anteriores pelas quais as despesas de saúde são vinculadas ao crescimento da receita corrente líquida (RCL) e os gastos da educação, à receita líquida de **impostos**. "Na educação a ministra trouxe uma discussão inovadora, a de incluir o Fundeb nas despesas de educação", diz Kawall. Ele lembra que os mínimos constitucionais na saúde e educação criam

amarras não somente à União, mas também a Estados e municípios.

O que preocupa, diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, é que Tebet não parece preocupada em fazer modificações importantes nos gastos com saúde. "Ela parece não querer mudar nada. E há um problema no mínimo constitucional da saúde, que já está espremendo a despesa discricionária", diz. "O gasto com saúde é elevado e ineficiente. Não se avalia o gasto, e a pressão é sempre por mais gasto sem avaliação." Vinculações como as dos benefícios previdenciários ao salário mínimo ou as dos pisos com saúde e educação a métricas de receita "têm pressionado muito o Orçamento", segundo Fábio Serrano, economista do BTG Pactual. O tema, porém, diz Serrano, é "muito sensível politicamente, apesar de fazer sentido do ponto de vista econômico". Para ele, o tema não tem apoio político suficiente.

Campos Neto, da Tendências, tem avaliação semelhante. "Por mais que a proposta hoje esteja partindo de dentro do governo, do Planejamento, e certamente com o apoio da Fazenda, a restrição política será enorme", diz.

"Tema é muito sensível politicamente, apesar de fazer sentido do ponto de vista econômico" Fábio Serrano

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1&section=1)**

# Tebet e Haddad começam pelo ponto mais difícil

**César Felício**

A reforma da Previdência de 2019 era uma obra em aberto.

Basta ver as análises da época para se ter claro que, de tempos em tempos, seria necessária uma nova volta no parafuso. A reintrodução do tema na pauta, ainda que de forma oblíqua, pelos ministros da área econômica é, portanto, natural. Mas tanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto a ministra do Planejamento, Simone Tebet, começaram pelo ponto mais difícil.

Mexer na expectativa de direitos, aumentando o tempo de contribuição ou a idade mínima, é desagradável, mas já foi feito nas quatro reformas previdenciárias anteriores. Alterar o benefício é atingir na veia, diretamente, o beneficiado, e isso nem Fernando Henrique Cardoso em 1998, ou Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, ou Dilma Rousseff em 2011 e Jair Bolsonaro em 2019 conseguiram fazer. Algo parecido chegou a ser proposto, mas caiu na primeira rodada de negociações.

A vinculação entre o salário mínimo e a Previdência está prevista no artigo 201 da Constituição Federal desde o texto original, em 1988, com pequenos ajustes de redação. A versão atual é essa: "Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo".

A defesa da desvinculação tem sólidos argumentos técnicos, sobretudo do ponto de vista fiscal: implica uma dinâmica de despesa que é descoadunada com a de receita do sistema de repartição.

Bráulio Borges, o economista a quem Haddad recomendou a leitura, coloca também uma questão de princípio: "o salário mínimo é uma variável que deve sim ser reajustada ao longo do tempo em termos reais, refletindo ganhos de produtividade da mão de obra, mas é uma variável que deve regular o mercado de trabalho, ou seja, a vida de quem está participando ativamente da produção econômica.

As aposentadorias e pensões deveriam ser reajustadas apenas pela inflação, mantendo o poder de compra ao longo do tempo".

Desvincular o benefício do aposentado do salário mínimo, contudo, impacta de modo imediato na vida da maior parte dos segurados. Há 39 milhões de benefícios pagos pelo Regime Geral de **Previdência Social**. Nada menos que 61,4% dos benefícios pagos pelo **INSS** em dezembro eram de um salário mínimo. No sistema brasileiro, o piso é extenso a ponto de a pirâmide de renda parecer uma planície. Esse contingente, hoje, parece ser uma base eleitoral importante para Lula.

Segundo a pesquisa nacional do Datafolha de março deste ano, 43% dos aposentados considerava que Lula fazia um governo bom ou ótimo, oito pontos percentuais acima do índice registrado para a população em geral. De acordo com o levantamento, 59% dos aposentados ganhavam até dois salários mínimos, ante 57% da população em geral.

Nesta segunda-feira (6), a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, criticou o debate sobre o tema. O Ministério da **Previdência Social**, comandado pelo presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, disse desconhecer qualquer iniciativa nesse sentido.

Não há declaração recente de Lula sobre o tema. O reajuste apenas pela inflação tem valido para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo, uma minoria no universo do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). Mas a popularidade em declínio do presidente sugere um desestímulo para se mexer nesse vespeiro.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1&section=1>

# Ministério da Previdência é contra medida

*Jéssica Sant"Ana e Raphael Di Cunto*

A ideia aventada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, de reajustar os benefícios previdenciários somente pela **inflação**, desvinculando da política de valorização do salário mínimo, não tem o apoio do Ministério da **Previdência Social** e do Partido dos Trabalhadores (PT).

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, desconhece e discorda da proposta, afirmou um interlocutor ao Valor. O entendimento da pasta é que a política de ganho real do salário mínimo, incluindo sua extensão aos aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), é um compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não é possível retroceder.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também afirmou que a ideia contraria o programa do governo Lula, eleito em 2022. Segundo ela, se a medida viesse a ser adotada pelo Executivo, prejudicaria milhões de aposentados, "população que precisa ser protegida pela ação do Estado, ações estas garantidas na nossa Constituição".

"É no mínimo preocupante que [ideias como essa] sejam defendidas pela ministra Simone Tebet. Responsabilidade fiscal não tem nada a ver com injustiça social", escreveu Hoffmann na sua conta na rede social X (antigo Twitter).

A ideia de desvincular benefícios previdenciários da política de valorização do salário mínimo foi revelada por Tebet em entrevista ao Valor, publicada na edição de ontem. A ministra defendeu a correção dos benefícios apenas pela **inflação**. "Vamos ter que fazer isso pela convicção ou pela dor", disse Tebet.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recomendou na rede social X um artigo em que o economista Bráulio Borges propõe como um dos caminhos para a redução de despesas a desvinculação do piso previdenciário com o salário mínimo. O artigo de Borges foi publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre .

Procurado para comentar se concorda com a desvinculação, Haddad não retornou.

A proposta foi trazida à tona por Tebet porque a correção das despesas indexadas ao salário mínimo pelo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de

dois anos anteriores mais a **inflação** tende a comprimir no médio prazo os demais gastos do governo, ocupando todo o limite permitido pelo arcabouço fiscal. O governo estuda ainda mudar a fórmula de cálculo dos pisos de saúde e educação, que também crescem em ritmo superior ao limite de despesas do arcabouço.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1&section=1>

# Gleisi critica Simone Tebet por critérios para corte de gastos

**GABRIEL SABÓIA** [gabriel.saboia@oglobo.com.br](mailto:gabriel.saboia@oglobo.com.br)  
**BRASILIA**

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), criticou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), pela defesa de desvinculação da Previdência do salário mínimo e da inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no piso de gastos da Educação.

"Desvincular a Previdência do salário mínimo e incluir o Fundeb na conta do piso da Educação são ideias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022. Se adotadas, iriam prejudicar diretamente milhões de aposentados e alunos de escolas públicas, a população que precisa ser protegida pela ação do estado, ações estas garantidas na nossa Constituição. É no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra Simone Tebet. Responsabilidade fiscal não tem nada a ver com injustiça social", postou Gleisi ontem em suas redes sociais.

Em entrevista ao "Valor Econômico", Tebet afirmou que está em estudo no ministério um cardápio de medidas para corte de gastos. Para isso ela defende que as aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e abono salarial passassem a ser corrigidas pela **inflação**, sem considerar o ganho real do salário mínimo. Segundo Gleisi, o assunto seria debatido com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ao "Valor", Tebet também acenou com a possibilidade de incorporar os gastos com o Fundeb ao piso constitucional da educação. O governo é obrigado a gastar 18% da receita líquida de **impostos** com a área. No governo Bolsonaro, foi aprovado o aumento escalonado da participação da União no fundo, de 10% para 23% (percentual que será atingido em 2026). Esses valores não são contabilizados no piso, mas incluí-los facilitaria ao governo cumprir essa obrigação e abriria espaço para outros gastos ou redução de despesas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mudança no reajuste das aposentadorias

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse em entrevista ao jornal Valor Econômico publicada ontem que já discute com sua equipe um cardápio de propostas que inclui a desvinculação de aposentadorias e benefícios sociais da política de ganhos reais do salário mínimo, avaliando ainda alternativa para o piso de despesas com Educação.

"Vamos ter que fazer isso pela convicção ou pela dor", disse ao jornal, ao pontuar que a proposta é manter a correção dos benefícios pela inflação, um mandamento constitucional.

A regra em vigor para a correção do salário mínimo e dos benefícios vinculados a ele prevê aumentos reais anuais.

A despeito de uma abrangente reforma da Previdência aprovada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, os gastos com aposentadorias e benefícios seguem crescendo a passos largos, influenciados tanto pela dinâmica de envelhecimento populacional quanto pela política implementada por Lula para corrigi-los acima da inflação.

Nos 12 meses até março, o déficit da Previdência, incluindo servidores ativos e militares, chegou a 4% do Produto Interno Bruto (piB).

Pelas estimativas do governo, cada real de aumento no salário mínimo gera um gasto adicional anual para o setor público de aproximadamente 400 milhões de reais, por conta das vinculações dos reajustes de aposentadorias, benefícios assistenciais, seguro-desemprego e abono salarial.

Em outra indicação de que o tema da desvinculação está na pauta da equipe econômica, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recomendou na quinta-feira (2) em redes sociais, sem tecer mais comentários, um artigo do economista Bráulio Borges no qual ele defende que o ajuste fiscal deveria ser feito tanto pela recomposição de receitas como via corte de gastos, chamando de "elemento crucial" a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo.

Governo diz desconhecer e Gleisi critica a proposta

O Ministério da Previdência disse desconhecer a proposta de desvinculação das aposentadorias do reajuste do salário mínimo. A medida provocou críticas vindas da presidente nacional do PT, deputada federal

Gleisi Hoffmann (PR).

Ela criticou Simone Tebet também pela defesa da inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no piso de gastos da Educação. "Desvincular a Previdência do salário mínimo e incluir o Fundeb na conta do piso da Educação são idéias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022", postou.

"Se adotadas, iriam prejudicar milhões de aposentados e alunos de escolas públicas, a população que precisa ser protegida pela ação do estado, ações garantidas na Constituição. E no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra Simone Tebet. Responsabilidade fiscal não tem nada a ver com injustiça social".

"Desvincular a Previdência do mínimo e incluir Fundeb na conta da Educação são idéias muito ruins" Gleisi Hoffmann. presidente do PT

# Falta de dados atrapalha combate a fraudes

**Álvaro Campos e Mariana Ribeiro De São Paulo**

A digitalização da economia, as inovações tecnológicas e mudanças nos hábitos de consumo têm estimulado fraudes e golpes bancários nos últimos anos. Apesar de o sistema financeiro brasileiro ser considerado um dos mais avançados do mundo, falhas de verificação de identidade e autenticação, além do próprio perfil socioeconômico do país, favorecem esse cenário.

O assunto preocupa mercado e regulador, mas faltam dados consolidados, oficiais e públicos que orientem o debate sobre prevenção e combate a esses episódios.

A fraude ocorre quando há falha nos processos de uma instituição financeira que permite que uma transação irregular seja cometida.

Pode ser cadastral, quando alguém abre uma conta com um documento falso; ou transacional, na ocorrência de uma operação. Já o golpe é quando criminosos enganam a pessoa de forma a induzi-la a fazer voluntariamente uma transação - a chamada engenharia social.

Há ainda ataques hackers, quando o alvo é a infraestrutura do banco e não apenas uma conta.

Cada tipo requer abordagens específicas dos bancos e do poder público. No entanto, faltam dados que ofereçam uma visão sistêmica do problema - embora haja indícios de que o volume aumentou.

Uma resolução do Banco Central (BC) que entrou em vigor em novembro determina que todas as instituições reguladas troquem informações sobre suspeitas de fraudes.

Na exposição de motivos, a autoridade citou levantamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mostrando que houve crescimento de 165% nos golpes de engenharia social no primeiro semestre de 2021 na comparação com o semestre anterior. A pesquisa foi feita com base em informações coletadas em 20 instituições.

Dados de um estudo do próprio BC indicam que as tentativas de fraude e golpes somaram 4,1 milhões de casos em 2021, alta de 230% sobre 2019. O prejuízo causado para as instituições chegou a R\$ 1,9 bilhão naquele ano, de R\$ 630 milhões dois anos antes.

O regulador, no entanto, afirma não ter um banco de dados sistematizado sobre fraudes e golpes.

De acordo com o BC, o estudo foi pontual e realizado com 34 entidades, as principais detentoras de contas de movimentação.

No documento, o BC cita as principais preocupações do mercado no que diz respeito a fraudes e golpes. Entre elas, estão falta de informações e ferramenta de defesa por parte de alguns novos entrantes; aluguel ou empréstimo de conta por meio do aliciamento de clientes; abertura de conta com dados de terceiros; roubo de celular e acesso ao aplicativo dos bancos e contas de e-mail; e repasse de um número de telefone para um chip em posse do criminoso.

Procurado pelo Valor, o BC afirmou que fraudes e golpes bancários são um fenômeno complexo, observado mundialmente, e números exatos são inexistentes. Explicou ainda que são muitos os atores envolvidos na prevenção e combate e que atua em cooperação com outras instituições, tanto do setor privado como instituições públicas.

Edson Santos, sócio fundador da consultoria Colink e especialista no mercado de meios eletrônicos de pagamento, afirma que a falta de estatísticas públicas para medir o custo das fraudes compromete a identificação de onde e como esses episódios ocorrem. "Parte da inadimplência no cartão de crédito, por exemplo, pode estar relacionada a fraudes de identidade, à abertura de conta com documento falso ou a partir de um "laranja".

A questão é que não temos os dados para medir isso." Santos observa que a chegada das fintechs levou a uma simplificação da experiência de abertura de conta, mas facilitou registros em instituições com dados de terceiros.

"É preciso combater isso com um "know your customer" [conheça seu cliente] melhor e uma estratégia de prevenção à lavagem de dinheiro mais forte", diz. "O BC sem dúvida tem um papel importante nesse processo, mas não só ele. Parte dessas melhorias também poderia vir de autorregulação, via associações." Um executivo do setor diz que os números de fraudes e golpes não são muito precisos e há muita subnotificação. Segundo ele, além de questões de segurança e concorrenciais, os bancos não divulgam seus dados porque temem depois ser responsabilizados pela opinião pública por esses

crimes, sendo que na maior parte das vezes o problema não está nos seus sistemas. "O fato de não existirem dados consolidados já é um sintoma por si só. Um país que tem um problema enorme com fraudes, como assim não mede isso?" Para Adriano Volpini, diretor do comitê de prevenção a fraudes da Febraban, os bancos têm dados muito abrangentes sobre esses crimes e a falta de um levantamento consolidado público não é problema.

"Não vejo a ausência de dados de volumes condensados como um problema que impeça a evolução dos processos de prevenção a fraude. O que era um problema era a falta de troca de informações sobre as bases entre a indústria como um todo, e isso foi resolvido com a nova resolução do BC." Sem um levantamento do governo ou dados sistematizados das instituições, o que existe, na prática, são dados de diversas empresas do segmento, que agrupam informações sobre aspectos específicos.

A Serasa, por exemplo, divulga mensalmente as tentativas de fraude para cinco setores da economia.

Juntando os segmentos de bancos/ cartões e financeiras, em 2023 foram 6,385 milhões de tentativas.

Só em fevereiro deste ano, dado mais recente, foram 456,7 mil casos. Como a companhia mudou a metodologia no início de 2023, não é possível comparar com períodos anteriores.

Já um estudo da startup CAF aponta que, em 2023, em 1,51% das transações no segmento de serviços financeiros houve tentativa de fraude, bem acima de outros segmentos pesquisados (1,28% em mobilidade e 0,69% em comércio eletrônico).

Procurada, a Polícia Federal afirmou que a abordagem via parcerias promove "quebra de paradigma no combate ao crime" e potencializa a ação investigativa, "correlacionando delitos e mapeando as áreas de atuação". As fraudes acompanhadas são as que geram prejuízo para instituições financeiras, mas, segundo a PF, há cláusulas de sigilo nos respectivos instrumentos assinados que impedem a divulgação dos dados coletados.

Também são frequentes notícias sobre fraudes no consignado do **INSS**, cujo público é considerado mais vulnerável a golpes. Desde 2022 é obrigatório o uso de biometria facial para a liberação desse tipo de crédito. De acordo com a Serasa, 4,2% das solicitações de consignado são tentativas de fraude.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863>

# Setor público registra um superavit de R\$ 1,177 bi

## Do Estadão Conteúdo

O setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou superavit primário de R\$ 1,177 bilhão em março, após resultado negativo de R\$ 48,692 bilhões de fevereiro, informou o Banco Central. O resultado de março foi o melhor desempenho das contas consolidadas do País para o mês desde 2022, na série histórica do BC, que foi iniciada em 2001. Em março de 2023, houve déficit primário de R\$ 14,182 bilhões.

O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O número de março veio acima da mediana deficitária das expectativas, de R\$ 1,70 bilhão, apurada pela pesquisa do Projeções Broadcast com analistas do mercado financeiro.

O intervalo das projeções ia de déficit de R\$ 11,30 bilhões a superávit de R\$ 3,90 bilhões.

## COMPOSIÇÃO

No terceiro mês do ano, o resultado fiscal foi composto por um déficit de R\$ 1,898 bilhão do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**).

Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram o resultado positivamente com R\$ 3,418 bilhões.

Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 5,354 bilhões, os municípios tiveram resultado negativo de R\$ 1,936 bilhão.

As empresas estatais registraram déficit de R\$ 343 milhões no mês.

## ACUMULADO NO 1º TRIMESTRE

De acordo com o BC, as contas do setor público consolidado acumularam um superávit primário de R\$ 54,63 bilhões no primeiro trimestre de 2024, o equivalente a 1,98% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em 2023, o resultado foi deficitário em R\$ 249,124 bilhões.

O superavit fiscal no ano até março ocorreu na esteira do saldo positivo de R\$ 21,564 bilhões do Governo Central (0,78% do **PIB**).

Os governos regionais apresentaram um superavit de R\$ 34,578 bilhões (1,26% do **PIB**) no período.

Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 32,576 bilhões, os municípios tiveram um saldo positivo de R\$ 2,002 bilhões. As empresas estatais registraram um resultado negativo de R\$ 1,511 bilhão.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

# Setor público tem superávit de R\$ 1,2 bi em março

São Luís - O setor público consolidado fechou o mês de março com um superávit de R\$ 1,2 bilhão, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês do ano passado, as contas públicas registraram um déficit de R\$ 14,2 bilhões. Em 12 meses, o setor público consolidado, que engloba governo federal, os estados, municípios e as empresas estatais, acumula déficit de R\$ 252,9 bilhões, o equivalente a 2,29% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional e 0,15 ponto percentual (p.p.) inferior ao déficit acumulado até fevereiro.

Segundo o BC, o governo central, que reúne o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central, registrou um déficit de R\$ 1,9 bilhão e as empresas estatais um déficit de R\$ 343 milhões. Já os governos regionais registraram superávit de R\$ 3,4 bilhões.

Em março, os juros nominais do setor público não financeiro consolidado, apropriados por competência, somaram R\$ 64,2 bilhões em março, ante os R\$ 65,3 bilhões registrados em março de 2023.

No acumulado em 12 meses, até março deste ano, os juros nominais alcançaram R\$ 745,7 bilhões, ficando em 6,76% do **PIB**, comparativamente a R\$ 693,6 bilhões (6,71% do **PIB**) nos 12 meses até março de 2023.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 63 bilhões em março. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$ 998,6 bilhões (9,06% do **PIB**), ante déficit nominal de R\$ 1.015,1 bilhão (9,24% do **PIB**) em fevereiro deste ano.

Juros nominais - O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) fechou o mês de março em 61,1% do **PIB** (R\$ 6,7 trilhões), um aumento de 0,2 p.p do **PIB** no mês. "Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 p.p.), do efeito do ajuste de paridade da dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.), e da variação do **PIB** nominal (redução de 0,2 p.p.)", disse o BC.

No ano, a DLSP também cresceu 0,2 p.p. do **PIB**, em função dos impactos dos juros nominais que registraram um aumento de 1,9 p.p do superávit primário acumulado, que teve redução de 0,5 p.p do

efeito do crescimento do **PIB** nominal, que apresentou redução de 0,9 p.p e do efeito da desvalorização cambial de 3,2% acumulada no ano, com uma redução de 0,4 p.p.

Já a Dívida Bruta do Governo Central (DBGG), que compreende governo federal, Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e governos estaduais e municipais, atingiu, em março, 75,7% do **PIB**, ficando em R\$ 8,3 trilhões. O resultado representa um aumento de 0,2 ponto percentual do **PIB** em relação ao mês anterior.

Essa evolução no mês decorreu do efeito dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 p.p.), do resgate líquido de dívida (redução de 0,2 p.p.), e da variação do **PIB** nominal (redução de 0,2 p.p.). No ano, o aumento de 1,3 p.p. do **PIB** decorre principalmente da incorporação de juros nominais (aumento de 1,9 p.p.), da emissão líquida de dívida (aumento de 0,3 p.p.), e do crescimento do **PIB** nominal (redução de 1,2 p.p.). (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-05-2024/>

# Contas públicas têm superávit de R\$ 1,2 bilhão

**LUCIANO NASCIMENTO**

Agência Brasil, São Luís

O setor público consolidado fechou o mês de março com um superávit de R\$ 1,2 bilhão, informou, ontem, o Banco Central (BC). No mesmo mês do ano passado, as contas públicas registraram um déficit de R\$ 14,2 bilhões. Em 12 meses, o setor público consolidado, que engloba governo federal, os estados, municípios e as empresas estatais, acumula déficit de R\$ 252,9 bilhões, o equiva-

lente a 2,29% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos no País) e 0,15 ponto percentual (p.p) inferior ao déficit acumulado até fevereiro.

Segundo o BC, o Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central, registrou um déficit de R\$ 1,9 bilhão e as empresas estatais um déficit de R\$ 343 milhões. Já os governos regionais registraram superávit de R\$ 3,4 bilhões.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_4D141E0ECD3608090E80FEA8711C26A9E1248F763371EB384A62FDA289296C9C6596C227EEC37EB3AACFFDC7510ED57C0EF7615766BE2BA480136B1047AF373DA260360448B64B5CAE2857E60FAB37F9E4FA9C52A8AB1F2C215FF4AA88998D0436BAF3C06E3E851E5E2B43AC7A1A29ED08CC084D263A02F90FE4E](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_4D141E0ECD3608090E80FEA8711C26A9E1248F763371EB384A62FDA289296C9C6596C227EEC37EB3AACFFDC7510ED57C0EF7615766BE2BA480136B1047AF373DA260360448B64B5CAE2857E60FAB37F9E4FA9C52A8AB1F2C215FF4AA88998D0436BAF3C06E3E851E5E2B43AC7A1A29ED08CC084D263A02F90FE4E)

# Contas públicas registram superávit de R\$ 1,2 bilhão em março, aponta BC

O setor público consolidado fechou o mês de março com um superávit de R\$ 1,2 bilhão, informou nesta segunda-feira (6) o Banco Central (BC). No mesmo mês do ano passado, as contas públicas registraram um deficit de R\$ 14,2 bilhões. Em 12 meses, o setor público consolidado, que engloba governo federal, os estados, municípios e as empresas estatais, acumula deficit de R\$ 252,9 bilhões, o equivalente a 2,29% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) e 0,15 ponto percentual (p.p) inferior ao deficit acumulado até fevereiro.

Segundo o BC, o Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central, registrou um deficit de R\$ 1,9 bilhão e as empresas estatais um deficit de R\$ 343 milhões. Já os governos regionais registraram su-peravit de R\$ 3,4 bilhões.

Em março, os juros nominais do setor público não financeiro consolidado, apropriados por competência, somaram R\$ 64,2 bilhões em março, ante os R\$ 65,3 bilhões registrados em março de 2023.

No acumulado em 12 meses, até março deste ano, os juros nominais alcançaram R\$ 745,7 bilhões, ficando em 6,76% do **PIB**, comparativamente a R\$ 693,6 bilhões (6,71% do **PIB**) nos 12 meses até março de 2023.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 63 bilhões em março. No acumulado em 12 meses, o deficit nominal alcançou R\$ 998,6 bilhões (9,06% do **PIB**), ante deficit nominal de R\$ 1.015,1 bilhão (9,24% do **PIB**) em fevereiro deste ano.

O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) fechou o mês de março em 61,1% do **PIB** (R\$ 6,7 trilhões), um aumento de 0,2 p.p do **PIB** no mês.

"Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados [aumento de 0,6 p.p.], do efeito do ajuste de paridade da dívida externa líquida [redução de 0,1 p.p.], e da variação do **PIB** nominal [redução de 0,2 p.p.]", disse o BC.

No ano, a DLSP também cresceu 0,2 p.p. do **PIB**, em

função dos impactos dos juros nominais que registraram um aumento de 1,9 p.p do superavit primário acumulado, que teve redução de 0,5 p.p do efeito do crescimento do **PIB** nominal, que apresentou redução de 0,9 p.p e do efeito da desvalorização cambial de 3,2% acumulada no ano, com uma redução de 0,4 p.p.

Já a Dívida Bruta do Governo Central (DBGG), que compreende Governo Federal, **INSS** e governos estaduais e municipais, atingiu, em março, 75,7% do **PIB**, ficando em R\$ 8,3 trilhões. O resultado representa um aumento de 0,2 ponto percentual do **PIB** em relação ao mês anterior.

Essa evolução no mês decorreu do efeito dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 p.p.), do resgate líquido de dívida (redução de 0,2 p.p.), e da variação do **PIB** nominal (redução de 0,2 p.p.).

**Site:** <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

# Governo quer mudar regras para os fundos de pensão

Brasília - O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discute uma série de mudanças nas regras para os fundos de pensão, com o objetivo de dar mais flexibilidade aos gestores em caso de déficits temporários nos planos e na alocação de recursos para investimentos.

Os temas são alvo de um grupo de trabalho e também de conversas com o Ministério da Fazenda. Eventuais alterações terão impacto sobre entidades fechadas, incluindo os três maiores fundos de pensão do País: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa).

Uma das medidas deve abrandar a regra que hoje exige a elaboração de um plano de equacionamento em qualquer situação de desequilíbrio, mesmo que pequeno ou temporário.

Os planos de equacionamento demandam a cobrança de uma alíquota extra da patrocinadora e dos participantes para garantir que as receitas serão suficientes no futuro para cobrir os benefícios. Com isso, a renda disponível dos trabalhadores e aposentados fica menor.

Outra iniciativa busca flexibilizar a alocação dos recursos arrecadados via contribuições, inclusive retomando os investimentos em fundos de Investimento em Participações (FIPs).

O desafio do governo é promover os ajustes sem relançar desconfiças sobre o setor.

Os FIPs foram alvo central das investigações da Operação Greenfield, deflagrada em 2016 e que apontou problemas e desvios de recursos bilionários, causando prejuízo aos trabalhadores.

Na esteira das apurações, o governo Michel **Temer** (MDB) endureceu as regras de funcionamento dessas entidades.

Passou a exigir o equacionamento em um ano a partir da apuração do déficit e restringiu investimentos.

Técnicos do atual governo consideram que as normas se mostraram excessivamente duras e, por isso, há necessidade de flexibilização.

Na situação atual, se a conjuntura econômica desfavorável penaliza os investimentos, levando a um déficit momentâneo, os gestores precisam propor o plano de equacionamento em até um ano.

O diretor-superintendente da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), Ricardo Pena, destaca que a existência de déficit não significa insolvência do plano e alerta para o risco de a regra atual promover transferência indevida de recursos entre gerações.

Ele cita como exemplo aposentados que precisam arcar com contribuições extras significativas.

"Ele pagava 10%, agora passou a pagar 30% porque a economia está ruim e o plano não performou. Daqui a cinco anos, os indicadores estão bem, isso refletiu na performance do plano, talvez nem seja necessário cobrar os 30%. Pode ter um grupo que estava aposentado e faleceu, enquanto aquele que estava ativo se aposentou e não está pagando os 30%", diz.

"É importante ter uma regra contracíclica, ou seja, você dá um tempo para ver se aquele déficit é estrutural ou conjuntural", afirma.

Antes da gestão **Temer**, o equacionamento era exigido se o rombo ultrapassasse 10% do patrimônio da entidade, ou em caso de déficit de qualquer montante por três anos seguidos.

No período seguinte, se o cenário econômico mais benevolente impulsiona a rentabilidade, o plano pode se mostrar desnecessário e até ser suspenso, mas os participantes já terão arcado com o custo extra ao longo dos meses anteriores.

O secretário do Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**, Paulo Pinto, afirma que o mecanismo de equacionamento serve para garantir a solvência do sistema diante de déficits estruturais, não conjunturais.

**Pandemia** - No ano passado, o Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc) aprovou a ampliação do prazo para os fundos implementarem o equacionamento para os planos que fecharam 2022 com déficit (342), ainda na esteira dos impactos da pandemia de Covid-19. Em 2023 até setembro, o

número de planos no vermelho caiu a 266.

Agora, o foco é discutir uma reformulação da regra permanente.

"Será que nós precisamos fazer o equacionamento todo ano, ou podemos fazer a cada dois ou três anos?", questiona o secretário.

Ele lembra que na situação inversa, de lucro, não há distribuição imediata do resultado (via alívio nas cobranças), só depois de três anos seguidos no azul. (Idiana Tomazelli/ Folhapress)

Longevidade dos brasileiros prolonga planos

Brasília - A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp) tem discutido o modelo de fundos de pensão com seus membros, mas representantes da entidade consideram razoável a retomada de uma regra nos mesmos moldes, com um limite prudencial que dispare a cobrança extra.

A Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) considera a regra antiga um bom ponto de partida, mas defende aprimoramentos.

Hoje, quando há déficit estrutural, o equacionamento é aprovado com base na duração estimada do plano uma variável que sintetiza a expectativa de sobrevivência dos participantes no momento da formulação das medidas de reequilíbrio.

Pena ressalta, porém, que a longevidade dos brasileiros tem aumentado a cada ano e o plano pode acabar durando mais tempo. Permitir a incorporação do ganho esperado de longevidade pode aliviar o peso das alíquotas extras sobre os participantes.

As discussões do novo modelo ainda estão em curso, mas o Executivo vê as mudanças como uma fonte de maior estabilidade para o sistema, sem pôr em risco sua solvência.

Os fundos de pensão são responsáveis por 3,8 milhões de participantes.

"O plano de equacionamento sempre é um processo doloroso dentro da governança da entidade, junto aos assistidos. Ter um prazo um pouquinho maior permite você passar por esses momentos de oscilação e equacionar quando de fato se mostra que há um déficit que tende a perdurar", afirma o diretor do Departamento de Políticas e Diretrizes de **Previdência Complementar**, Narlon Gutierrez Nogueira.

O governo também discute a flexibilização de regras

para investimentos. A tarefa central dos gestores do fundo é fazer o dinheiro render para crescer o bolo e garantir, no futuro, uma aposentadoria ou pensão razoável a seus assistidos.

Mas a redução da taxa básica de juros, a Selic, embora positiva para a economia como um todo, tem tornado cada vez mais árduo o trabalho de buscar maior rentabilidade com o menor risco possível.

Segurança - Em evento realizado pela Previc em março, o presidente da Petros, Henrique Jäger, externou a preocupação com a segurança dos gestores em buscar investimentos mais rentáveis, diante do "processo agressivo de criminalização" ocorrido no passado - que ele chamou de "quase um tribunal de exceção".

Segundo ele, planos novos, em fase de acumulação de recursos, precisarão diversificar investimentos para bater as metas de rentabilidade.

A retomada de investimentos em infraestrutura seria uma oportunidade, mas o temor de uma reedição do passado freia a disposição das entidades.

Algumas delas inclusive proibiram o aporte de recursos em FIPs após a Greenfield por medo de autuações.

"Os fundos de pensão não vão investir nada, porque não têm segurança jurídica. Esse é o grande desafio", disse Jäger no evento.

O secretário Paulo Pinto afirma que o governo discute com a Fazenda eventuais mudanças nas regras de investimento.

Uma possibilidade é rever a norma que exige dos fundos vender todos os imóveis até 2030.

Outra medida em análise é permitir o aporte em FIPs, desde que metade das cotas seja adquirida por investidor que não é fundo de pensão uma forma de recolocar o instrumento no cardápio das entidades sem gerar risco para os gestores ou para os participantes.

"O mercado está machucado e inseguro, então o pessoal vai pisando em ovos. Só que, conforme a Selic for caindo, que é importante para o país, eles vão gradativamente buscando investimentos", diz o secretário.

Para ele, as investigações no passado acabaram equiparando casos de fraude e corrupção com episódios de rentabilidade negativa por causa do mercado. "Às vezes foi só risco de negócio", afirma.

(Idiana Tomazelli/ Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-05-2024/>

# INSS: novo teto de juros do consignado já está valendo

O novo teto de juros do crédito consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) - fixada em 1,68% ao mês para transações tradicionais com desconto em folha - entrou em vigor ontem.

De acordo com a nova resolução, para operações feitas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, a taxa mensal passa a ser de 2,49%.

Segundo o Ministério da **Previdência Social**, esta é a sétima redução da taxa máxima cobrada de aposentados e pensionistas desde janeiro de 2023, início do governo Lula. O corte foi aprovado na última reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), em 24 de abril, na esteira da redução da Selic - a taxa básica de juros da economia - promovida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC).

**RECORDE DE EMPRÉSTIMOS** No primeiro trimestre de 2024, o Banco Central do Brasil registrou a maior concessão de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto **INSS** desde o início da série histórica, em 2011. Esse recorde na oferta acontece após as mudanças no limite de juros para esse tipo de empréstimo com desconto em folha.

Entre janeiro e março deste ano, foram concedidos R\$ 29,02 bilhões em empréstimos.

Comparativamente, no mesmo período do ano passado, os empréstimos para beneficiários do **INSS** totalizaram R\$ 19,6 bilhões, refletindo um aumento de 47,4%.

As quedas vêm acontecendo desde a posse de Carlos Lupi como ministro da Previdência. A primeira delas ocorreu em 13 de março de 2023, quando a taxa foi reduzida de 2,14% ao mês para 1,70%.

Na ocasião, os bancos reagiram e suspenderam a modalidade, o que fez a taxa subir 1,97% ao mês. Depois disso, o teto dos juros vem sendo reduzido gradativamente, apesar da resistência dos bancos.

## COMO CONSULTAR

**SITE OU APLICATIVO** Os beneficiários do **INSS** já

podem consultar as taxas cobradas por cada instituição financeira no site ou no aplicativo **Meu INSS**, sem precisar de login e senha. Basta selecionar a opção "Taxas de empréstimo consignado" na parte de baixo da tela.

Ao fazer isso, uma aba com a relação dos bancos e os respectivos juros de empréstimo consignado será exibida.

.....

**CARTÃO CONSIGNADO** Ao lado das taxas de empréstimo estarão relacionadas também as taxas de cartão de crédito consignado (RMC) e para utilização do cartão consignado de benefício (RCC). Elas só aparecem, entretanto, quando a instituição oferece esse tipo de crédito.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Grupo da farra do INSS cria mais duas entidades e fatura R\$ 24 mi por mês

## METRÓPOLES

O mesmo grupo de empresários que está por trás da Associação dos Aposentados Mu-tualistas para Benefícios Coletivos (Ambec), campeã da farra dos descontos de mensalidade sobre as aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), ergueu outras duas entidades nos últimos meses.

Juntos, o Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap) e a União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Unsbras) já faturam, por mês, R\$ 24 milhões com cobranças feitas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários. Ambas também são questionadas por descontos indevidos, sem autorização do segurado.

Como revelou o Metrôpoles, a Ambec ampliou o número de filiados de forma exponencial em um ano - de 38 mil para mais 650 mil - e alavancou seu faturamento mensal com os descontos nas aposentadorias de R\$ 1,8 milhão para R\$ 30 milhões. A entidade acumula processos judiciais por cobranças indevidas e tem sido condenada em diversas ações.

Após reportagens do Metrôpoles, ela e outras entidades similares viraram alvo de investigação do **INSS** e da Controladoria-Geral da União (CGU), e de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou "descontos indevidos em larga escala". Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça a suspensão de todos os acordos feitos por essas entidades com o **INSS** para cessar as cobranças.

Ao todo, cerca de 30 entidades habilitadas pelo **INSS** para cobrar mensalidade associativa têm mais de 5,5 milhões de aposentados filiados e arrecadaram, no período de um ano, mais de R\$ 2 bilhões com os descontos.

Como mostrou o Metrôpoles, várias dessas entidades têm ligações com empresários que vendem seguros e planos de saúde e odontológico. No caso da Ambec, a diretoria da associação é formada por pessoas da confiança do empresário Maurício Camisotti, dono do Grupo Total Health (THG), do ramo de saúde. Um cunhado, funcionárias da família e de empresas ligadas ao empresário, e um executivo fazem ou fizeram parte da diretoria estatutária da entidade. Um

inquérito policial com depoimentos deles reforça essa relação.

Documentos mostram que as outras duas entidades criadas recentemente e que já arrecadam milhões de reais, acumulando reclamações por descontos indevidos, têm relações com o grupo ligado a Camisotti.

**Site:** <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

# Bancos oferecem empréstimo com nova taxa de juros do consignado do INSS (Previdência)

A nova taxa de juros do crédito consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) passou a valer nesta segunda-feira (6), após o CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) aprovar a redução, em 24 de abril.

A partir de agora, o empréstimo pessoal do **INSS** tem taxa máxima de 1,68% ao mês. Antes, o percentual cobrado era de 1,72%. No caso do cartão de crédito consignado e do cartão de benefício, os juros caíram de 2,55% ao mês para 2,49%.

Dos cinco maiores bancos do país, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco informaram que já trabalham com as novas taxas. Itaú Unibanco e Santander não responderam.

Segundo o Banco do Brasil, as taxas praticadas passam a ser de 1,50% ao mês na faixa mínima e de 1,68% ao mês no patamar máximo, conforme alteração aprovada pelo CNPS. O prazo para pagamento do empréstimo é de até 84 meses.

"O Banco do Brasil oferta crédito aos beneficiários do **INSS**, conforme as legislações vigentes, reforçando seu compromisso com o atendimento dos aposentados e pensionistas, disponibilizando as melhores condições de crédito e assessoria financeira", diz o banco, em nota.

O consignado do BB pode ser contrato pelo aplicativo, por meio dos correspondentes BB, nos caixas eletrônicos, no internet banking ou nas agências da rede.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

No caso do Bradesco, as taxas de juros do cartão consignado caíram para 2,49% no dia 2 de maio. Para o empréstimo consignado, a taxa praticada atualmente é de 1,68% ao mês, conforme aprovado pelo conselho.

Na Caixa Econômica Federal, os juros podem ser

contratados a partir de 1,58%, conforme o relacionamento do cliente com o banco. Há a limitação ao teto estabelecido pela Previdência.

"A Caixa reforça sua atuação na oferta do crédito consignado para os beneficiários do **INSS** com as melhores condições entre as principais instituições financeiras do mercado", diz nota do banco.

A Coopernapi (Cooperativa de Crédito do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Sindnapi) também ajustou suas taxas no dia 2. Os juros médios para o empréstimo pessoal consignado caíram para 1,56% ao mês para os associados e 1,60% para não-associados.

O consignado é um empréstimo feito por aposentados e pensionistas do **INSS** com desconto direto no benefício. É possível comprometer até 45% da renda mensal -35% com o empréstimo pessoal, 5% com o cartão de crédito e 5% com o cartão de benefício- e pagar as parcelas em até 84 meses (sete anos).

Os juros são limitados, o que significa que a instituição financeira pode cobrar menos, mas não mais do que essa taxa. As regras são controladas pelo Conselho de Previdência.

A nova taxa foi aprovada por 10 votos a 1. Representantes dos bancos votaram contra. Houve ainda duas abstenções, de representantes da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil) e da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

A queda de juros vai ao encontro do que tem defendido o ministro da Previdência, Carlos Lupi. Em entrevista à Folha, ele disse que seguirá com a proposta de redução dos juros, que deverá sempre ser submetida ao conselho.

As reduções, no entanto, têm desagradado o setor bancário, que chegou ao ponto de parar de oferecer o empréstimo a aposentados e pensionistas no ano passado. O setor tem chamado a atitude de "falta de responsabilidade com a política de crédito".

O ministro contesta. Para ele, as instituições têm capacidade de oferecer crédito mais em conta. "O dia em que você vir ou ouvir banco dizer que está ganhando muito, você me avisa. Porque, quando eu vou à reunião, eu tenho vontade de abrir minha carteira e emprestar uns R\$ 10 para eles", disse em abril.

No início do governo Lula, em março de 2023, a primeira redução de juros causou mal-estar entre o ministro e o setor bancário, que chegou a suspender a oferta do crédito. Houve intervenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a medida voltou ser oferecida.

Desde outubro de 2023, os bancos fornecem à Dataprev (empresa de tecnologia federal) as taxas, que são disponibilizadas aos aposentados no Meu **INSS**. Dentre as informações fornecidas aos segurados estão a taxa mínima e a máxima que está sendo cobrada pela instituição para o empréstimo pessoal consignado, além da taxa média aplicada aos contratos de empréstimos daquele banco.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/bancos-oferecem-emprestimo-com-nova-taxa-de-juros-do-consignado-do-inss.shtml>**

# A nova função do INSS em criar empregos para o Brasil

Embora haja no STF (Supremo Tribunal Federal) uma quebra de braço entre os poderes Executivo e Legislativo, a fim de saber como será o formato e a abrangência da desoneração da folha de pagamento, independente do resultado do tribunal já existe um perdedor nessa história: o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). E, por tabela, milhares de trabalhadores que vão sofrer no futuro as consequências dessa renúncia fiscal duradoura quando precisarem sacar no futuro algum benefício previdenciário.

É que a chamada "desoneração da folha", reeditada pela lei n. 14.784/2023 e que prorroga benefícios fiscais até 31 de dezembro de 2027, é um duro golpe nos cofres da **Previdência Social**, na medida em que autoriza milhares de empresas diminuírem a contribuição previdenciária, permitindo o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salário.

Herança de Dilma Rousseff, a desoneração da folha foi criada em 2011 pela Lei n. 12.546 para beneficiar três setores da economia. De lá para cá, vários presidentes da República, com diferentes matizes políticas, a exemplo de Michel **Temer**, Jair Bolsonaro e Lula, endossaram a mesma prática da desoneração em detrimento da saúde financeira do **INSS**. Ela vem sendo sucessivamente renovada e, na versão atual, a desoneração quadruplica de tamanho, pois beneficiará dezessete setores da economia e centenas de municípios até o ano de 2027.

De 2011 a 2027, já são dezesseis anos que o **INSS** suporta a evasão financeira bilionária. Na exposição de motivos da medida provisória n. 1.202, que renova o benefício fiscal, o principal argumento (de todas as horas) foi o da empregabilidade, também usado na reforma trabalhista de 2017, quando profetizou que esta seria responsável pelo boom de 6 milhões de empregos. Até hoje não aconteceu.

Ainda que as promessas atuais sejam completamente desprovidas de qualquer garantia, os direitos sociais (e agora mais uma vez a poupança da Previdência) vão sendo mexidos sem muita cerimônia. Tudo em nome do progresso do Brasil! Arrecada-se menos em favor da empregabilidade.

Receba no seu email o que de mais importante

acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Além da empregabilidade, no passado a temática da evasão previdenciária foi "obra pública". A Desvinculação da Receita da União (DRU), que também abalou o caixa do sistema previdenciário por quase trinta anos, foi criada para tentar atingir as metas do superávit primário e fazer obras estruturais no país, como criação de Brasília, ponte Rio-Niterói e Transamazônica.

Sem dinheiro, o governo teve a criatividade de usar a DRU para autorizar ele próprio a usar livremente 30% dos **tributos** federais, dos quais 90% são de contribuições sociais devidas à **Seguridade Social**. A DRU vigorou desde 1994, quando da implementação do Plano Real, e foi prorrogada recorrentemente desde então, até 31 de dezembro de 2023, quando foi programada para ser extinta na Reforma da Previdência.

Então o **INSS** vem bancando indiretamente obra pública e agora a empregabilidade do país.

Mas desde quando a função institucional do **INSS** é melhorar o desenvolvimento do Brasil, criando empregos?

Vivemos numa sociedade com substrato teórico baseado na lógica da livre concorrência. Famoso cada um por si. Mas a prática é diferente da teoria. Frequentemente observamos o governo estendendo a mão para intervir e equilibrar a agressividade desta tal concorrência, ajudando financeiramente vários setores da economia.

Não é exclusividade do Brasil. Países com economia forte são paternalistas, quando abrem linha de crédito generosa para determinados setores produtivos, benefícios fiscais ou levantando barreiras comerciais e tarifárias para resguardar o produto nacional. Quiçá o Brasil?

O problema é quando o governo brasileiro resolve fazer esse mimo financeiro com o dinheiro alheio. Ou, mais especificamente, com o dinheiro da **Previdência Social** brasileira, a poupança que garantirá no futuro às aposentadorias de milhares de trabalhadores. O

**INSS** não foi criado, nem tem vocação para ser banco de desenvolvimento financeiro. Não se tem notícia, por exemplo, de que os Estados Unidos resolveram mexer na arrecadação da Social Security para viabilizar linha de crédito e mais empregos no corn belt.

Mas infelizmente está arraigada no governo brasileiro a cultura de que o **INSS** é a Geni das contas públicas e, por isso, este deve abrir a carteira toda vez que o país necessita. Assim ocorreu quando "empréstimos" sem retorno foram feitos na década de 1950, ocasião que o Instituto patrocinou obras públicas, e que se protraí até hoje por meio da DRU e da desoneração da folha de pagamento.

Existem vários caminhos para se estimular a economia ou determinados setores produtivos. Desde o próprio governo fazendo caixa ao gastar menos até medidas como redução de **impostos**, da taxa básica dos juros, ajustes normativos ou estímulo de linhas de crédito.

Mas se o governo está disposto a investir na empregabilidade que o faça sem envolver a arrecadação do **INSS**, cuja finalidade constitucional é outra totalmente diferente.

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**, o montante de receita desonerada pelo benefício fiscal totalizou R\$ 255 bilhões em 2022. Já o impacto do benefício fiscal previsto para 2024 foi estimado em R\$ 4,4 bilhões, para cada exercício, conforme dados da lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Apesar da divergência numérica, este é um assunto que não cabe ao **INSS**. Se vai gerar mais emprego ou não, a arrecadação do instituto não deveria ser sacrificada por causa disso.

O contrassenso é que, depois de anos de desfalques bilionários por parte do próprio governo, o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou publicamente que o modelo de desoneração precisará "encontrar um caminho para não prejudicar a Previdência. Ou daqui a três anos vai ter de fazer outra reforma da Previdência, se não tiver receita. A receita da Previdência é sagrada, para pagar os aposentados. Não dá para brincar com essa coisa".

Ora, como assim? O governo só veio perceber que está minando as contas previdenciárias nesta edição da desoneração? Faz tanto tempo que a desoneração fiscal já vem sendo renovada reiteradamente por proposição do próprio governo.

As empresas que se beneficiam da desoneração não são fiscalizadas com rigor para saber se a contrapartida de mais geração de empregos ou

demissões são efetivamente respeitadas. Recebem o incentivo fiscal e fica por isso mesmo. Só não faz sentido agora o ministro da Fazenda, ainda esboçando um suspiro de consciência, reagir com espanto a tudo isso.

Enquanto a empregabilidade é só uma promessa, existem duas certezas: a de que o governo vai criar mais um rombo na **Previdência Social** e que muitos setores da economia vão registrar lucros milionários.

Fale direto comigo no e-mail (romulo@romulosaraiva.com.br). Siga-nos nas redes sociais. Acompanhe as novidades sobre a área previdenciária no Instagram (@romulosaraivafilho).

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Empresário não contrata mais porque tem empregado barato. A diferença de custo vai para o bolso, como lucro.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulosaraiva/2024/05/a-nova-funcao-do-inss-em-criar-empregos-para-o-brasil.shtml>

# MPs exigem dados pessoais de quem solicita acesso a salários de servidores

## HEITOR MAZZOCO

Os Ministérios Públicos do Rio de Janeiro, do Acre, de Mato Grosso e de Pernambuco começaram a exigir documentos pessoais de quem acessar informações sobre, por exemplo, contracheques de promotores.

Com isso, servidores das instituições poderão saber quem viu a relação de nomes, salários e benefícios. Para especialistas em transparência pública, a exigência pode levar a um monitoramento indevido.

Os MPs alegam que cumprem a legislação e resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O conselho disse que a identificação tem como objetivo garantir a segurança de dados de promotores e procuradores (mais informações nesta página).

Nos MPs de Mato Grosso e de Pernambuco, qualquer cidadão tem de fornecer CPF, telefone, e-mail e nome completo para saber os salários dos **servidores públicos**. No Rio, o MP exige nome completo, data de nascimento e e-mail. No Acre, o fornecimento do CPF é obrigatório para o interessado em analisar dados do órgão.

Para a diretora executiva da Transparência Brasil, Juliana Sakai, a situação é um contínuo movimento contra a transparência.

"A gente não consegue nominalizar o contracheque, a gente não consegue saber quem é que está se beneficiando de todas essas regalias que estão sendo dadas no Ministério Público", disse Juliana.

A Transparência Brasil é uma organização independente que busca promover o controle social do poder público.

"Quando você coloca um formulário, você está coletando dados, você está dando o recado de que quem está sendo monitorado é o cidadão, e não são eles que devem ser monitorados", afirmou Juliana. A adoção de medidas desse tipo, disse ela, mostra que os Ministérios Públicos não estão dispostos a prestar contas à população.

"Querem colocar empecilhos.

Isso traz uma ameaça aos jornalistas, aos cidadãos, deixa um recado nesse sentido.

Além disso, inviabiliza ou dificulta uma coleta automatizada, e isso fere a legislação." "BISBILHOTEIRO". Em 2013, uma servidora pública de Brasília foi processada nas esferas cível e criminal por ter questionado um cidadão comum sobre o motivo de ele ter acessado informações sobre ela. A funcionária do Senado o chamou de "bisbilhoteiro".

Na época, o Senado exigia um formulário com dados da pessoa que acessava os registros públicos. Assim, a servidora identificou quem havia conferido suas informações no portal da transparência do Poder Legislativo. Depois de travarem batalhas por e-mail e na Justiça, a servidora fez acordo, pagou 10% de seu salário e os processos foram arquivados.

Um dos receios de especialistas é o de que casos como o do Senado se repitam. O monitoramento de dados para saber quem acessa, por exemplo, os salários de **servidores públicos** também é uma preocupação do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, composto por 30 entidades. No fim do ano passado, o fórum enviou memorial ao CNMP para alertar sobre possíveis riscos.

"Sublinhamos que a referida exigência aventada pelo CNMP não resultará em proteção adicional aos seus membros, tendo em vista que a mera identificação autodeclaratória é passível de fraude, aliada a dispositivos de ocultação de Internet Protocol (IP). Por outro lado, resultará, acidentalmente, em um sinal contrário do Ministério Público à transparência das informações públicas, justamente no direito constitucional em que o órgão tem atuado como imprescindível guardião", diz o documento obtido pelo Estadão.

A modificação na permissão de acesso a dados públicos ocorreu em dezembro de 2023, quando o CNMP alterou a resolução que tratava do tema.

"As informações individuais e nominais da remuneração de membro ou servidor mencionadas no inciso VII serão automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado, a fim de se garantir a segurança e a vedação ao anonimato (...), salvaguardado o sigilo dos dados pessoais do

solicitante, que ficarão sob a custódia e responsabilidade da unidade competente, vedado o seu compartilhamento ou divulgação, sob as penas da lei", afirma a resolução do conselho.

"OBSTÁCULO". Em abril, o conselheiro Rodrigo Badaró apresentou proposta para excluir a exigência de identificação prévia dos interessados em acessar dados públicos. Não há, no entanto, data prevista para que a proposta seja avaliada.

Segundo o setor de Comunicação do CNMP, em sua justificativa, Badaró "considera que a exigência de prévia identificação do interessado para acessar informações sobre remuneração de membro ou servidor do Ministério Público "cria inequívoco obstáculo ao cumprimento dos princípios que norteiam o rápido, eficaz e impessoal exercício do direito fundamental à informação".

Ainda segundo a Comunicação do CNMP, Badaró levou em consideração a simetria entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público e a paridade entre o CNMP e o Conselho Nacional de Justiça para que a questão seja tratada de forma equivalente. O CNJ, por meio de resolução, deixou de exigir a identificação prévia do interessado "como condição para disponibilização de informações que tratem de remuneração de membros e servidores do Poder Judiciário".

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em Mato Grosso do Sul, os Ministérios Públicos não publicam planilha com os nomes de promotores e servidores atrelados aos salários, o que é exigido por resolução de 2019 do CNMP.

O MP-SC informou que "permite a busca por cargo e por nome com o respectivo salário de membros e de servidores".

A reportagem fez duas buscas, sem sucesso. Ao digitar o nome de um promotor, por exemplo, aparecem "gestão de pessoas", "diárias e passagens" e "outros benefícios". Ao acessar o contracheque, vêm cargos, lotações e salários, sem nomes.

O MP-MS disse que cumpre a legislação, mas não respondeu por que retirou os nomes dos servidores da lista de dados públicos. O MP-RS afirmou que "as informações orçamentárias e financeiras da instituição seguem disponíveis", sem comentar a não divulgação de salários e a identificação de servidores.

"Quando você coloca um formulário, você está coletando dados, você está dando o recado de que quem está sendo monitorado é o cidadão"

Juliana Sakai, Diretora executiva da Transparência Brasil

\* PARA LEMBRAR

Conselho do MP baixou resolução com exigências

I Norma

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) baixou em dezembro do ano passado uma resolução que exige que todo cidadão se identifique para acessar dados sobre a remuneração de promotores, procuradores e servidores do órgão

I Justificativa

Conforme o "Conselhão" do MP, a previsão de identificação de quem quiser acessar informações do órgão tem como objetivo garantir a segurança de dados de promotores e procuradores

I "Retrocesso"

À época da resolução, a exigência de identificação foi considerada um "gravíssimo retrocesso" pela Transparência Brasil, que destacou como os subsídios são parte significativa da despesa dos Ministérios Públicos

I Supersalários

Como mostrou o Estadão em janeiro, quase metade dos procuradores dos Ministérios Públicos estaduais ganha acima do teto constitucional do funcionalismo público, na época fixado em R\$ 41,6 mil

I Penduricalhos

A regra foi criada para limitar o salário dos servidores, mas uma série de benefícios faz com que esses procuradores e promotores furem o teto e recebam até R\$ 200 mil/mês

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma Tributária reduz cobrança sobre imóveis populares

**VICTORIA ABEL BRASÍLIA**

As regras propostas pelo governo na regulamentação da **Reforma Tributária** deverão reduzir a tributação sobre imóveis de interesse social, como moradias do Minha Casa, Minha Vida. Por outro lado, a tendência é que o imposto seja maior para imóveis de alto padrão - trazendo para o setor imobiliário o conceito de progressividade tributária, ou seja, alíquotas maiores para propriedades mais caras. O setor da construção teme elevação da carga tributária.

A regulamentação da reforma foi enviada há duas semanas ao Congresso. O setor imobiliário está entre as exceções, com um regime próprio de tributação. O modelo proposto prevê o pagamento do Imposto de Valor Agregado (IVA), que será criado com a **Reforma Tributária**, e um valor do Regime Especial de Tributação (RET), que já existe hoje.

As mudanças valem para as incorporadoras, ou seja, para novos empreendimentos, mas não afetam a venda de imóveis por pessoas físicas - que continuam pagando o Imposto de Renda sobre o ganho de capital.

Todos os imóveis novos terão uma redução de R\$ 100 mil na base de cálculo do IVA, chamada pelo governo de "redução social". Além disso, poderão ser deduzidos os valores do custo do terreno e dos custos de construção, chamados de "redução de ajuste" - como já ocorre hoje, deduções na base de cálculo de qualquer imposto resultam em um pagamento menor do tributo, já que a taxa incidirá sobre um valor menor.

Como imóveis populares são mais baratos, o efeito da redução fixa de R\$ 100 mil sobre eles será maior. Assim, a tendência é que, sobre habitações do Minha Casa, Minha Vida, recaia uma alíquota de IVA mais baixa.

Além disso, no caso de imóveis de interesse social - que incluem, além de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, outros programas de habitação de estados e municípios -, haverá um corte no valor da taxa de RET. Hoje, esse tributo é de 1% e passará a ser de 0,47% para as construções populares.

Independentemente do valor do imóvel, as incorporadoras terão desconto de 20% na alíquota do

futuro IVA, cuja taxa padrão é estimada em 26,5%. Nesse cenário, o imposto a ser pago seria de 21,2% sobre o valor da venda de imóveis novos, o equivalente a 80% da alíquota cheia.

O projeto de lei de regulamentação da **Reforma Tributária** prevê ainda que a taxa padrão de RET para empreendimentos imobiliários será de 1,95%-hoje esse valor é de 4%.

- No caso dos imóveis de interesse social, sim, deverá ter uma queda na tributação. Para os outros imóveis, você tem a possibilidade de reduzir a base de cálculo, mas ainda não se sabe o quanto será a alíquota do IVA. Se essa redução for levada para o preço final, pode ter uma queda sim -disse a tributarista e professora do Insper Ana Carolina Monguilod.

O governo espera que o setor tenha vantagens para os imóveis de médio e alto padrão, já que as empresas poderão usar os "reduzores de ajuste", como créditos dos valores gastos na compra de terrenos e materiais.

-O redutor social vai descontar R\$ 100 mil da base de cálculo na venda de qualquer imóvel novo. Já o redutor de ajuste possibilitará que seja descontado da base de cálculo o valor de compra do terreno. Além disso, serão admitidos créditos sobre a CBS e o IBS pagos em todas as aquisições pela incorporadora e construtora e a alíquota terá um desconto de 20% - disse o diretor da secretaria de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Daniel Lória.

Ele afirma ainda que o diálogo com o setor imobiliário está mantido, mesmo após a apresentação da proposta, para identificar eventuais oportunidades de aperfeiçoamento no regime e, se for o caso, apoiá-las junto ao Congresso.

## MERCADO QUESTIONA

Para o presidente do Secovi em São Paulo, Ely Wertheim, o modelo apresentado ainda causa muita apreensão. Ele pontua que, pelo que foi apresentado até agora, existe uma tendência de aumento na carga tributária, já que o IVA ficará elevado, apesar do desconto no RET.

-Temos dúvidas e algumas preocupações. Não temos

uma opinião absolutamente formada, mas percebemos uma tendência de aumento de carga. Há uma promessa da equipe econômica para ajustes. O governo também não pretende aumentar a carga - disse o líder da entidade que representa o mercado imobiliário.

O regime específico para imóveis ainda prevê que os espaços para locação também terão um "fator de ajuste", para a dedução do valor de imóveis alugados por empresas. Será descontado da base de cálculo, a cada pagamento, 1/360 do valor de referência do imóvel, ou seja, quanto o bem está valendo no mercado.

No entanto, quando a locação ou arrendamento do imóvel for feita por período inferior a 90 dias, o aluguel será tributado conforme as regras aplicáveis aos serviços de hotelaria. A pessoa física que está alugando por meio da plataforma como o Airbnb não será tributada.

"No caso dos imóveis de interesse social, deverá ter uma queda na tributação" Ana Carolina Monguilod, professora do Insper

"Temos dúvidas e algumas preocupações" Ely Wertheim, presidente do Secovi em São Paulo

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Alíquota maior

A tributação seletiva (conhecida por 'imposto do pecado') sobre as bebidas será maior de acordo com o teor alcoólico, conforme Projeto de Lei para regulamentar a **Reforma Tributária**.

Por essa razão, entre os drinques produzidos no Ceará, a vodca (40% de teor alcoólico) e a cachaça (39%) terão a maior carga tributária.

As alíquotas, no entanto, ainda serão definidas por lei ordinária.

Ou seja, ainda não é possível estimar quanto o valor subirá para o consumidor final após a implementação do novo custo para a indústria.

Em Itaitinga e Pacatuba, na Região Metropolitana de Fortaleza, há fábricas de cerveja e destilados, respectivamente.

No entanto, é importante ressaltar não ser possível fazer um comparativo entre os preços dos produtos por pertencerem a categorias distintas, além dos tamanhos.

Deve-se afirmar, portanto, somente que a carga tributária da vodca produzida no Ceará será maior em razão do teor alcoólico de 40%, assim como deverá ocorrer em todo o País.

Atualmente, uma lata de cerveja contém cerca de 56% em **impostos** federais e estaduais, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria das Cervejas (Sindicerv). Segundo o setor de destilados, a carga tributária incidente sobre a vodca e a cachaça é de até 81%.

A multinacional Diageo, dona de marcas como Johnnie Walker, Smirnoff e Tanqueray, não quis se posicionar sobre o tema individualmente e disse se tratar de uma discussão setorial. Questionada sobre as bebidas produzidas aqui, disse estar "focada no portfólio de Ypióca".

A Ambev, dona das marcas Brahma, Budweiser e Skol, também não quis falar sobre o assunto e direcionou a demanda para a entidade do setor. O Grupo Heineken informou que os posicionamentos do Sindicerv "representam a empresa".

Carga O imposto seletivo aumentará a carga de bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente. A proposta com as mudanças da tributação sobre o

consumo, de mais de 300 páginas, foi enviada ao Congresso no último dia 24 de abril e ainda precisa de maioria absoluta (257 votos dos deputados) para ser aprovada.

Pelo texto, o governo justifica a taxação elevada por motivos de saúde pública.

"Estudos da Organização Mundial da Saúde indicam que este consumo está associado a ampla gama de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças hepáticas. Além disso, o uso excessivo de álcool está relacionado a problemas de saúde mental, bem como a ocorrência de violência e acidentes de trânsito", aponta o documento.

O imposto seletivo aumentará a carga de bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente

**Site:**

[https://diariodigital.verdesmares.com.br/uploadsAssinante/app/edicao/2024/5/7/compress\\_ed\\_7\\_66398a284336d.pdf](https://diariodigital.verdesmares.com.br/uploadsAssinante/app/edicao/2024/5/7/compress_ed_7_66398a284336d.pdf)

# Planejamento tributário e sucessório (Artigo)

**SERGIO LUIZ BEGGIATO JUNIOR\***

Existe um velho ditado que afirma que "na vida só há duas certezas: a morte e os **impostos**", uma máxima cuja verdade vale também para empresas. É possível lidar com elas mediante um adequado assessoramento jurídico, envolvendo planejamento tributário e sucessório que, quando bem realizados, contribuem para a perenidade das empresas e constroem resiliência empresarial.

Planejamento tributário - Com relação aos **impostos**, o planejamento tributário é uma ferramenta muito eficaz para reduzir licitamente a carga fiscal a que empresas estão sujeitas, com vantagens como a melhora no fluxo de caixa e aumento das margens de lucro.

O planejamento tributário deverá estar presente em todas as fases do negócio, sendo importante desde o momento da constituição da empresa. A escolha do tipo societário (sociedade limitada ou sociedade anônima) terá influência no regime de tributação: sociedades anônimas não podem participar do Simples Nacional, sendo necessariamente tributadas ou pelo lucro presumido ou pelo lucro real (a depender do faturamento). Deve-se destacar, porém, que o Simples Nacional nem sempre será o regime mais vantajoso do ponto de vista tributário, já que as alíquotas podem ser bastante elevadas para empresas prestadoras de serviço.

A definição do objeto social e dos respectivos CNAEs também é um passo importante na otimização da carga tributária. Empresas prestadoras de serviço, por exemplo, estarão sujeitas à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (que, pela **reforma tributária**, será integralmente substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços - IBS a partir de 2033), cujas alíquotas podem variar entre 2% e 5%, sendo fundamental, portanto, a correta descrição da natureza do serviço prestado.

Muitos outros pontos a serem avaliados em um bom planejamento tributário também podem trazer benefícios para as empresas, tais como o aproveitamento de isenções ou subvenções setoriais ou a recuperação de créditos pagos em duplicidade em caso de substituição tributária.

Deve-se ter o cuidado, porém, de se utilizar assessoramento especializado (tanto jurídico quanto contábil), para minimizar os riscos e evitar que as

operações realizadas sejam desconsideradas pelo Fisco - o que levará não apenas à cobrança dos **tributos** "evitados", mas também de multas e juros. A escolha pelo CNAE, no exemplo citado, não é arbitrária, devendo observar não apenas a natureza do serviço como, também, o entendimento das autoridades tributárias e judiciais sobre o tema.

Planejamento sucessório - Já sobre a "indesejada das gentes" (nas palavras do imortal Manuel Bandeira), a estruturação do planejamento sucessório no âmbito empresarial deve considerar aspectos jurídicos e de governança corporativa, já que se trata de um processo de longo prazo, que deve iniciar com previsões específicas no Contrato Social e em Acordo de Sócios - medidas que podem ser implementadas por qualquer negócio.

Isso porque, como regra geral, as quotas sociais de um sócio falecido serão automaticamente liquidadas, com o pagamento dos haveres aos herdeiros (o que, a depender do valor, pode trazer um pesado impacto financeiro à empresa), "salvo se o contrato dispuser diferentemente". Portanto, o próprio Contrato Social deverá trazer disposições sucessórias adequadas, o que permitirá à empresa transitar com mais tranquilidade em um momento difícil que é a perda de um sócio.

E, muito embora exista uma ampla margem de liberdade para os sócios decidirem sobre as disposições sucessórias, essa liberdade não é ilimitada, o que exige que se conheça o posicionamento do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) a respeito. Caso as disposições contratuais sejam contrárias ao entendimento do Drei, o Contrato Social não poderá ser registrado.

Como complemento às disposições contratuais, é importante que haja um Acordo de Sócios que discipline como serão regidas as relações entre os sócios sobreviventes - inclusive quem assumirá a administração, por exemplo, caso o sócio que venha a falecer seja o administrador da empresa.

Do ponto de vista da governança corporativa, o planejamento sucessório demandará a estruturação de políticas internas e regras claras sobre a escolha de um sucessor: qualificações esperadas, experiência profissional exigida, "tempo de casa", dentre outras. A partir disso, será possível preparar o sucessor, ao longo de um grande período de tempo, para que

"assuma a cadeira" por meio de uma transição com o mínimo impacto para os rumos do negócio.

O planejamento sucessório, aliás, ganha contornos específicos em empresas familiares (que representam a esmagadora maioria das empresas brasileira). Os desafios envolvem não apenas as questões sentimentais (que, por muitas vezes, se misturam com as decisões de negócios), mas também um maior número de cuidados jurídicos, já que o planejamento deverá também ser feito respeitando não apenas as regras de direito empresarial, mas também do sucessório.

Assim, as complexidades desses tipos de planejamento reforçam a importância do apoio jurídico especializado e customizado, longe de soluções "de prateleira", a fim de que as necessidades da empresa sejam adequadamente atendidas.

\*Advogado no escritório Rücker Curi - Advocacia e Consultoria Jurídica, especialista em Soluções Jurídicas - SFH

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-05-2024/>

# Reforma tributária: como será o imposto sobre cerveja e outras bebidas alcoólicas (Reforma tributária)

A proposta do governo de regulamentação da **reforma tributária** prevê uma taxação adicional para as bebidas alcoólicas com o Imposto Seletivo a partir de 2027.

Seguindo recomendações internacionais, esses produtos atualmente já possuem tributação mais elevada do que outras bebidas.

Ela é garantida hoje pelo IPI, imposto sobre industrializados, e pelo ICMS estadual. O seletivo, que será aplicado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, tem como função manter essa diferenciação após o fim da cobrança desses dois **tributos**.

O IPI é de 3,9% para cervejas (inclusive as sem álcool), 6,5% para vinhos e espumantes e vai de 9,75% a 19,5% para as demais bebidas. O ICMS varia de acordo com o estado.

Como acontece hoje, a tributação vai levar em conta o grau alcoólico.

O governo propôs um seletivo dividido em duas partes.

Haverá uma alíquota em reais (alíquota ad rem) que vai considerar o grau alcoólico e o volume do recipiente. Ela será atualizada uma vez ao ano pela **inflação** medida pelo IPCA.

O projeto prevê uma segunda alíquota, que será um percentual sobre o valor do produto.

As duas serão estabelecidas posteriormente em um projeto de lei ordinária.

Esse modelo de tributação segue recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde).

A experiência internacional mostra que um percentual único para todas as bebidas estimula o consumo de produtos mais baratos, beneficiando os mais alcoólicos. Se houvesse apenas o tributo ad rem, isso estimularia o consumo de produtos mais caros.

No exemplo dado pelo governo, uma lata de cerveja

de 350 ml vai pagar a mesma ad rem, independentemente do preço. O produto mais caro, no entanto, vai ter uma tributação maior em termos absolutos, por conta da alíquota percentual (ad valorem).

O Imposto Seletivo começa a ser cobrado parcialmente em 2027, quando o IPI será zerado para esses produtos, e integralmente em 2033, após o período de transição para o fim do ICMS.

Ele vai incidir sobre outros produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O governo também quer colocar nessa lista veículos mais poluentes, embarcações a motor e aeronaves, fumo, bebidas açucaradas, petróleo, gás natural e minério de ferro.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-como-sera-o-imposto-sobre-cerveja-e-outras-bebidas-alcoolicas.shtml>

# Contrato simplificado e dívida sustada

» **ALINE BRITO** » **ÂNDREA MALCHER**

Duas propostas de Emenda à Constituição (PEC), uma do Senado e outra da Câmara, pedem a criação de uma espécie de "orçamento de guerra" para ajudar na recuperação do Rio Grande do Sul. Apresentadas nas últimas horas, uma é de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) - que é gaúcho de nascimento - e outra é da deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS).

A PEC 15/2024, que começou a tramitar entre os senadores, prevê que sejam aplicadas regras similares às adotadas durante a pandemia da covid-19, para permitir processos simplificados de contratação de pessoal temporário e emergencial, obras, serviços e compras. Além disso, a matéria propõe o adiamento de prazos de pagamento de **tributos**, suspensão de juros de mora e multas, e a dispensa de observância de limitações legais em casos que exijam ações imediatas.

A PEC não supre a necessidade de planos de adaptação e resiliência climática, mas busca cuidar da situação emergencial.

"Conseguimos as assinaturas necessárias para tramitar a PEC que cria um regime especial para a reconstrução do Rio Grande do Sul e um instrumento permanente para tragédias dessa magnitude.

Com as frequentes emergências ambientais que têm assolado o país, nos últimos anos, é crucial termos mecanismos ágeis e eficazes para lidar com essas situações.

Essa proposta visa justamente proporcionar uma resposta célere e eficiente, diante de calamidades ambientais regionais ou locais", explicou Vieira.

Regime extraordinário Já na Câmara, a deputada Fernanda Melchionna propôs uma PEC que possibilita à União adotar um Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para atender às necessidades do Rio Grande do Sul. Além disso, prevê que o estado suspenda o pagamento da dívida com a União e que os gastos com combate e reconstrução possam ser abatidos da dívida.

"Situações catastróficas exigem medidas extraordinárias. O cenário do Rio Grande do Sul é de devastação total. A prioridade segue sendo o resgate célere para salvar vidas, mas é evidente que o

trabalho de reconstrução do Rio Grande do Sul será longo e árduo. A União precisa facilitar o acesso do estado a recursos e a qualquer ação que tenha o objetivo de mitigar os estragos", afirmou Fernanda.

## Forma de tramitação

Para que possa avançar no Senado, uma proposta de emenda à constituição (PEC) precisa da assinatura de pelo menos um terço da Casa, ou seja, 27 parlamentares.

O texto de autoria de Alessandro Vieira (MDB-SE) recebeu o apoio de 35 colegas e deve avançar nos próximos dias. No caso do texto elaborado pela deputada Fernanda Melchionna (PSol- RS) precisará do apoio de 171 colegas de Câmara para que possa começar a tramitar.

"Essa PEC é fundamental e urgente. Já estamos na luta para coletar as assinaturas necessárias", afirmou a parlamentar.

## Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/05/07/all.pdf>

## Comissão auxiliará decisões

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou, ontem, a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar os trabalhos no Rio Grande do Sul e assessorar o governo federal nas decisões que dependam da intervenção do Parlamento. O colegiado tratará da "adoção de medidas que auxiliem na reconstrução das áreas afetadas pelos temporais" no estado.

"(A comissão) terá como membros toda a bancada do Rio Grande do Sul, os senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth (PP-RS), e também uma indicação de cada bloco partidário - no total de oito membros. Justamente para fazer o acompanhamento junto ao governo do estado e federal das medidas que estão sendo tomadas pelo Executivo e, ao mesmo tempo, centralizar as iniciativas legislativas, porque há muitas medidas que precisam ser estudadas. A própria viabilização de recursos ao estado e municípios do Rio Grande do Sul, a forma orçamentária de fazê-lo para não esbarrar em limitações que são impostas em regimes de normalidade, e isso não ser aplicado no momento de exceção, como o dessa tragédia", explicou Pacheco.

O senador destacou que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para buscar "esse alinhamento das nossas instâncias". "Inclusive, as consultorias, do Senado e da Câmara, reuniram-se pela manhã, identificando as proposições legislativas que podem ser viabilizadas. O momento é de centralidade de iniciativas, de buscar haver uma concertação entre Legislativo, Executivo - federal e estadual - para tomarmos as melhores medidas possíveis", disse.

Segundo Pacheco, "o governador Eduardo Leite está elencando uma série de necessidades e de iniciativas que, por parte do governo do estado, serão propostas para o governo federal e que dependerão, naturalmente, da anuência do Congresso".

No anúncio da formação da comissão, o senador Paulo Paim (PT-RS) não conteve a emoção ao descrever a situação do estado que representa. "Não tem mais água, não tem luz, não tem gasolina.

A maioria das pontes, nos lugares onde os rios passam, estão estouradas. Então, como é que vai entrar alimentação nos municípios? De fato, é um estado de guerra. Essa minha emoção não é porque quero, é porque, de fato, dói ver as pessoas chorando.

Nesse momento, é um apoio total que nós precisamos. Tudo ajuda em um momento desse", exortou Paim.

» Reoneração suspensa 90 dias

Parlamentares avaliam propor uma lei para adiar, por 90 dias, a reoneração da folha de pagamento das empresas.

A desoneração de 17 setores da economia foi suspensa por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Cristiano Zanin, depois de o governo judicializar o tema. Com isso, deputados e senadores podem criar uma noventena para evitar que as empresas recolham os **impostos** com a alíquota integral no próximo dia 20.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/05/07/all.pdf>

# "Reforma ficou entre as mais antigas e as mais modernas"

**ALVARO GRIBEL BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Melina Rocha, Tributarista com doutorado pela Universidade de Sorbonne, é consultora do BID, com passagem pelo Banco Mundial

A **reforma tributária** em votação no Brasil ficou no meio do caminho entre os projetos mais modernos do mundo e os primeiros modelos de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) da Europa. Essa é a avaliação da consultora Melina Rocha, que prestou assessoria técnica para o governo brasileiro, diretamente do Canadá, para onde se mudou para estudar essa forma de tributação.

"Os IVAs mais modernos em geral têm alíquota única.

Então ficamos no meio-termo, porque abrimos muitas exceções.

Mas, tendo em consideração nosso sistema atual, acho que o resultado foi muito satisfatório", disse ao Estadão.

Ela avalia que o avanço para o Brasil com a troca de modelo é imensurável, porque saímos de um sistema altamente complexo, que afasta investimentos, estimula disputas judiciais e é pouco transparente.

Com a provável aprovação da regulamentação ainda este ano, Melina entende que os benefícios da reforma vão começar a ser sentidos em 2027, ou seja, no primeiro ano do próximo governo, com substituição do PIS/Cofins pelo CBS, o novo imposto federal.

O IVA completou 70 anos de criação, na França. O Brasil chegou por último a esse modelo, com o lado bom de aprender com a experiência internacional. Como ficamos com esse projeto?

O IVA mais antigo, principalmente da União Europeia, tem alíquotas diferenciadas e muitas isenções. Já o IVA mais moderno, de Nova Zelândia, Canadá, África do Sul e Índia, vem com menos diferenciações. O projeto tomou decisões de cunho político de introduzir uma série de bens e serviços sujeitos à alíquota reduzida. Então a nossa reforma está no meiotermo, entre os IVAs mais antigos e os mais modernos, que, em geral, têm alíquota única.

Mesmo tendo ficado por último, não podemos nos comparar com os mais modernos?

Sim, mas acho que é um bom resultado ficar no meio-termo, tendo em consideração o ponto de partida do modelo atual, com ICMS, várias alíquotas, regimes diferenciados, benefícios fiscais, que também ocorrem no PIS/Cofins, IPI e ISS.

Passar desse sistema para um que tem só três alíquotas, acho que é um grande avanço. O ideal seria uma alíquota única, mas acho que o resultado foi muito satisfatório.

Em quais pontos o governo enfrentará mais resistência na tramitação da regulamentação?

A espinha dorsal da reforma está garantida pela aprovação da emenda constitucional. Base ampla de incidência, não cumulatividade plena, o princípio do destino muito bem colocado.

Não há muita margem para mudar.

Acho que as discussões principais que o Congresso vai enfrentar é a questão da cesta básica.

Que produtos terão alíquota zero e quais terão redução de 60%. Mas isso vale para todos os serviços sujeitos a essas alíquotas diferenciadas. Acredito que vai haver pressão dos grupos para incluir mais coisas.

Muita gente reclamou que o projeto tem 500 artigos, que isso demonstraria que não há tanta simplificação.

Não acho que seja exagerado ter 500 artigos, só o regulamento do PIS/Cofins tem 800 artigos.

Fora o ICMS, com leis complementares, mais as leis estaduais, municipais. Além disso, uma lei mais detalhada dá mais segurança jurídica para os entes federativos, e os contribuintes terão regras bem claras.

Quais os principais pontos positivos da reforma?

Haverá uma redução de custo da cadeia produtiva, por causa da não cumulatividade plena.

Acho que esse é o grande ganho.

Mas a gente só vai realmente ver a consequência disso quando for implementado. Hoje é difícil calcular o impacto.

Só daqui a dez anos o País começará a colher esses benefícios?

Como a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, o IVA federal) vai ser implementada em 2027 e vai substituir dois **tributos** muito ruins, PIS e Cofins, vamos ver algum impacto em termos de diminuição de custos.

Ou seja, próximo governo.

Sim, mas com a promulgação da emenda constitucional acredito que já teve um ganho de expectativa, principalmente do investidor estrangeiro. A multinacional que tem subsidiária no Brasil já conhece o IVA, já sabe que vai ter menos contencioso, regras mais claras, mais segurança jurídica.

Essa expectativa já começou, principalmente para os investidores estrangeiros.

O que destacaria do projeto brasileiro?

Três coisas vão colocar o Brasil como pioneiro com essa reforma, em nível mundial. Primeiro, o comitê gestor. Há outros países no mundo, como Índia e Canadá, e a própria União Europeia, que não têm sistema centralizado, em que Estados e municípios vão gerir as receitas de forma autônoma. Há também o split payment. Como funciona o IVA? Você coloca na nota fiscal R\$ 100, mais o IVA de R\$ 18, por exemplo, aí o preço vai para R\$ 118. O fornecedor pega o dinheiro, e no final do período de apuração ele abate os créditos.

Se não tiver crédito, ele recolhe R\$ 18 para o Fisco. Com o split payment, em vez de pagar os R\$ 18 para o fornecedor, para depois ele repassar, já vai ser feito o pagamento diretamente para os cofres públicos.

O benefício é que vai diminuir evasão fiscal. Por fim, o Brasil está trazendo um modelo inovador para tributar a intermediação financeira, em geral isenta no IVA. Vários países estudam essa possibilidade.

"Os IVAs mais modernos em geral têm alíquota única. Ficamos no meio-termo, porque abrimos muitas exceções. Mas, em vista do nosso sistema atual, acho que o resultado foi muito satisfatório"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Lula propõe estado de calamidade para tirar ajuda ao RS de regra fiscal

*Fabio Murakawa, Mariana Assis, Jéssica Sant'Ana e Julia Lindner*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ontem ao Congresso mensagem em que pede a decretação de estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até o dia 31 de dezembro deste ano. O texto também prevê a exclusão de "despesas autorizadas por meio de crédito extraordinário e renúncias fiscais necessárias para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado".

Em votação simbólica, o texto foi aprovado pelos deputados. Há a expectativa de o Senado se debruçar sobre o tema nesta terça-feira, mas isso será definido em reunião de líderes. Caso aprovado nas duas Casas, o decreto entrará em vigor após publicação no "Diário Oficial da União", sem precisar de sanção presidencial.

O anúncio das medidas foi feito por Lula em transmissão ao vivo e ao lado dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), durante reunião no Palácio do Planalto. Participaram do encontro também os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o advogado-geral da União, Jorge Messias. Edson Fachin representou o Supremo Tribunal Federal.

Após o encontro, Tebet afirmou que a medida retira "quase todas as amarras burocráticas" para a liberação de recursos em auxílio ao Rio Grande do Sul. O Estado tem sido duramente atingido por enchentes, com 85 mortos, 134 desaparecidos e milhares de desabrigados.

Tebet ponderou, no entanto, que o montante necessário para a reconstrução das cidades gaúchas destruídas pela enchente somente será conhecido "quando a água baixar", citando expressão usada por Lula ao visitar o Estado no último fim de semana. Segundo Tebet, o texto "visa excepcionar a Lei de Responsabilidade Fiscal" (LRF) para que a ajuda federal chegue aos gaúchos mais rapidamente.

De acordo com ela, no entanto, as regras fiscais gerais para o país, previstas no arcabouço fiscal, continuam

vigentes. O que será excepcionalizado, explicou, serão os gastos relativos à calamidade pública no Rio Grande do Sul.

"Com este decreto legislativo, que é um guarda-chuva, poderemos editar outros tantos atos, como uma possível medida provisória com crédito extraordinário, uma negociação com o Ministério da Fazenda e com o governador do Estado em relação à dívida." Ontem à noite, o ministro Fernando Haddad afirmou que o governo planeja linha de crédito específica para moradores do Rio Grande do Sul atingidos pelas chuvas e o diferimento dos **tributos** das empresas, além de uma solução para a dívida gaúcha. Segundo ele, as medidas devem ser apresentadas nesta terça-feira para Lula. "É um conjunto de medidas para fazer chegar linhas específicas para cumprir a nossa missão que é ajudar na reconstrução do Estado, sempre pensando em organizar isso de maneira conjunta com o governo do Estado e com os poderes da República", afirmou Haddad.

No caso da oferta de linha de crédito às famílias, o ministro disse que ela envolverá o "sistema bancário", não somente bancos públicos, e será voltando à reconstrução das casas.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, por sua vez, disse esperar que o Congresso, em sessão conjunta na quinta-feira, aprove mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que permitirá a antecipação do pagamento de emendas parlamentares destinadas ao Rio Grande do Sul que somam mais de R\$ 1 bilhão.

Para editar o decreto, Lula se valeu de entendimento da LRF sobre momentos de calamidade pública para tirar da meta fiscal a ajuda aos gaúchos. Isso porque a lei do novo arcabouço fiscal retira despesas executadas via crédito extraordinário do limite de gastos, mas não do cômputo da meta fiscal.

A solução jurídica encontrada foi, então, recorrer ao artigo 65 da LRF, que diz que, "na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso, [...] enquanto perdurar a situação", fica dispensada a União do "atingimento dos resultados fiscais" e da "limitação de empenho [ou contingenciamento]".

Essa solução foi necessária porque, caso a ajuda ao

Estado entrasse para a contagem da meta, o governo fecharia o ano com um déficit expressivo, acionando gatilhos de contenção de gastos. Uma fonte argumenta que a retirada da ajuda ao Estado da meta se assemelha ao que foi feito na pandemia, mas sem a necessidade de recorrer a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que foi aventada por lideranças do Congresso.

Em outra frente, a Receita anunciou a prorrogação do prazo para o pagamento de **tributos** devidos por empresas domiciliadas em 336 municípios gaúchos atingidos pelas chuvas. O órgão também prorrogou de 31 de maio para 31 de agosto o prazo para a entrega da declaração de Imposto de Renda para contribuintes que moram nessas cidades.

Medida retira "quase todas as amarras burocráticas", afirma Tebet

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863?page=1&section=1)**

# Economistas devem reduzir corte da Selic desta semana

Economistas ouvidos pelo Banco Central (BC) projetam que a Selic, taxa básica de juros, terá corte de apenas 0,25 p.p (ponto percentual) na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a partir desta terça-feira. O resultado será divulgado amanhã.

O boletim Focus mostrou que economistas elevaram para 10,50% sua estimativa para o patamar dos juros ao final de maio, interrompendo sequência de 38 semanas em 10,25%.

Com isso, o mercado espera um corte de 0,25 ponto percentual na atual taxa de 10,75%. O Banco Central vem realizando seguidos cortes de 0,50 ponto percentual na Selic nas últimas reuniões.

Além disso, os economistas também aumentaram a previsão para a taxa de juros no final deste ano para 9,63%, um aumento de 0,13 p.p, em relação à semana anterior.

É a terceira alta em quatro semanas, quando a taxa era estipulada em 9%.

Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano em 3,72%, redução de 0,01 p.p. Esta é a quarta semana de queda na **inflação** calculada, em 3,76% há quatro semanas. O centro da meta oficial para a **inflação** em 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O câmbio não sofre alterações, com a paridade com dólar encerrando o ano em R\$ 5, de acordo com o boletim do BC. É a segunda semana seguida que não há alteração na previsão dos economistas entrevistados.

O boletim Focus voltou a ser divulgado nesta segunda-feira, dia em que tradicionalmente é anunciado, após o término da greve dos servidores do BC.

Economistas também aumentaram a previsão para a taxa de juros no final deste ano para 9,63%, um aumento de 0,13 p.p, em relação à semana anterior.

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17674>

# Economistas veem impacto de pelo menos 0,10 ponto na inflação com chuvas no RS

**I DANIEL TOZZI MENDES, RENATA PEDINI, MARIANNA GUALTER, GABRIELA JUCÁ, EDUADO LAGUNA e LEANDRO SILVEIRA**

A tragédia climática no Rio Grande do Sul deve pressionar o preço das principais culturas do Estado e ter impacto de pelo menos 0,10 ponto porcentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, o indicador oficial de **inflação** no País) de 2024, calculam economistas consultados pelo Estadão/Broadcast.

Itens como soja, leite, frutas e, principalmente, arroz devem ser os mais afetados, segundo os analistas. Além da perda de parte da safra, eles destacam que as chuvas causaram impacto na logística do Estado, o que deve dificultar o escoamento da produção. Logo, com a oferta de produtos limitada nas prateleiras os preços pagos pelos consumidores devem ficar mais pressionados.

A estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, Andréa Angelo, elevou de 3,8% para 3,9% sua projeção para o IPCA do ano, mas reconhece que há um risco de alta adicional a depender de informações mais precisas sobre o impacto das chuvas. "Eliminei a queda que previa no preço do arroz no meio do ano", explica a analista.

"Após uma alta de 24,5% no ano passado, o arroz já vinha em desaceleração e entraria em deflação, onde ficaria até setembro", explica Andréa.

Em relatório, a Datagro também considerou que o maior impacto no setor de grãos deve acontecer no arroz, onde o potencial de perdas é estimado pela consultoria agrícola entre 600 mil e 700 mil toneladas - ou cerca de metade do total ainda a ser colhido. Na soja, principal grão produzido no Rio Grande do Sul, as perdas potenciais são de 750 mil a 1,25 milhão de toneladas, ou 15% a 25% da área ainda não colhida.

Andréa, da Warren, lembra que em 2008, em razão de um ciclone subtropical no Rio Grande do Sul que prejudicou a produção de arroz, o preço no atacado subiu 57% e demorou cinco meses para voltar.

"O ciclone é apenas uma medida de sensibilidade. Como achamos que agora foi pior, o preço, já em patamar elevado, pode subir ainda mais", observa a

economista, que também prevê pressão na **inflação** de curto prazo de itens como gasolina, proteínas e parte dos alimentos in natura.

"ESTRESSE". O economista João Fernandes, da Quantitas, também elevou sua projeção para o IPCA do ano em 0,10 ponto porcentual, de 3,9% para 4%. Ele calcula, porém, que, com as informações de momento e em um cenário menos conservador, o efeito das chuvas no Rio Grande do Sul poderia significar uma alta adicional de até 0,20 ponto no IPCA do ano. "Em um cenário de pouco mais de estresse, a perda da safra de arroz pode ser de até 20%. É algo relevante para a produção nacional", avalia.

Já a economista do Banco ABC Brasil Amanda Noyama calcula impacto entre 0,10 e 0,15 ponto porcentual para o IPCA do ano, mas, por ora, não alterou sua estimativa para a **inflação** de 2024, que segue em 3,9%. "Vamos ver como ficará, até por questão metodológica, a coleta de preços por lá", afirma a analista, que prevê que o maior impacto altista deve ocorrer nas leituras de junho e julho do IPCA.

Fora a quebra da produção, Amanda concorda que os preços podem subir pelas dificuldades logísticas causadas na região.

"Pode levar a um aumento regional de preços", afirma a economista, que cita o arroz, carnes suínas e algumas frutas e itens de horticultura como possíveis pontos de pressão para a **inflação**.

PONDERAÇÃO. O economista Fabio Romão, da LCA Consultores, também calcula que a pressão adicional sobre o IPCA de 2024 deve ficar em torno de 0,10 ponto porcentual, puxada pelos efeitos negativos da chuva sobre a produção de arroz, leite, soja e itens de pecuária.

Com isso, a LCA elevou a projeção para a **inflação** dos alimentos no domicílio de 2024, de 3,9% para 4,5%, mas manteve a expectativa para o índice geral do ano em 3,7%. "Tem o impacto dos alimentos, mas, por outro lado, acabei moderando a estimativa para combustíveis e energia elétrica, que têm vindo comportados", explica Romão.

O departamento de pesquisas e estudos econômicos

do Bradesco ponderou que desastres regionais, como os do Rio Grande do Sul, tendem a normalmente produzir efeitos transitórios sobre a **inflação** e o **PIB**, ainda que, localmente, possam ter estragos significativos e duradouros. Em relatório, o banco informou que, antes de revisar seu cenário, vai observar com atenção os impactos.

EL NIÑO. Na mesma linha, o economista- chefe do Rabobank Brasil, Maurício Une, avalia que ainda é cedo para fazer qualquer estimativa sobre os impactos do que está acontecendo no Rio Grande do Sul sobre a **inflação** do restante do País. Ele reconhece, porém, que a produção de arroz no Estado é o principal ponto de atenção.

"Quando falamos do Rio Grande do Sul, sabemos que em época de El Niño há uma pressão maior de preços na região porque ela fica mais chuvosa.

Mas isso de alguma forma já estava acontecendo", diz Une.

Ele reitera que ainda faltam detalhes de como as cadeias de produção locais foram afetadas.

"Ainda estamos tentando tomar pé de como anda a situação e de qual será o impacto de forma total."

"Eliminei a queda que previa no preço do arroz no meio do ano" Andréa Angelo Estrategista de **inflação** da Warren Investimentos

"Ainda estamos tentando tomar pé de como anda a situação e de qual será o impacto de forma total" Maurício Une Economista-chefe do Rabobank Brasil

"Em um cenário de mais de estresse, a perda da safra de arroz pode ser de até 20%. É algo relevante para a produção nacional" João Fernandes Economista da Quantitas

"Vamos ver como ficará a coleta de preços por lá" Amanda Noyama Economista do Banco ABC Brasil

Prejuízo no campo

600 mil a 700 toneladas é o potencial de perdas estimado pela consultoria agrícola Datagro para a safra de arroz a ser colhida por produtores do Rio Grande do Sul

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Focus eleva projeção para taxa de juros no fim do ano

**LUANA REIS** [luana.rets@oglobo.com.br](mailto:luana.rets@oglobo.com.br)

Em semana de reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), economistas apostam na diminuição do ritmo de cortes na Taxa Selic em 2024. Na Pesquisa Focus, feita pelo Banco Central (BC) com agentes do mercado, divulgada ontem, a projeção para a taxa básica de juros do país para o fim do ano passou de 9,50% para 9,63%. Há um mês, a expectativa era de 9%.

O Copom se reúne hoje e amanhã, e sua decisão será anunciada na quarta-feira.

Na última reunião, em março, o BC afirmou, em seu **comunicado**, que, confirmando-se o cenário esperado pelo Copom, haveria "uma redução da mesma magnitude" este mês, ou seja, um corte de 0,5 ponto percentual.

Analistas, no entanto, já questionam se isso será possível, devido à mudança na meta fiscal do governo, à incerteza sobre quando os Estados Unidos começaram a cortar os juros, e à forte volatilidade do dólar nas últimas semanas.

De 94 bancos e gestoras consultadas pelo Valor Data, 60 projetam um corte de 0,25 ponto percentual esta semana, e os demais, redução de 0,50 ponto. Atualmente, a Taxa Selic está em 10,75%.

Em abril, a moeda americana chegou a R\$ 5,26, o maior patamar em mais de um ano, e encerrou o mês com valorização acumulada de 1,98%. Já ontem, o dólar ficou praticamente estável, com leve alta de 0,07%, a R\$ 5,07.

Segundo Diego Costa, diretor de câmbio para Norte e Nordeste da B T Câmbio, os investidores estão cautelosos, enquanto o mercado aguarda por mais indicadores macroeconômicos: - Os próximos dias serão decisivos para confirmar se a recente revisão positiva da Moody's para a perspectiva do Brasil se traduzirá em estabilidade para nossa moeda. O clima lá fora também trouxe um alívio momentâneo para o mercado, mas isso precisa se materializar em resultados positivos para garantir a confiança dos investidores e a estabilidade do real -diz Costa.

Com relação à **inflação**, a expectativa do mercado,

segundo o Focus, é estável: recuou de 3,73% para 3,72%. Já a projeção para o **PIB** teve uma leve melhora, de 2,02% para 2,05%.

O Ibovespa, principal índice de ações da Bolsa brasileira, também fechou com estabilidade, aos 128.466 pontos, em recuo de apenas 0,03%. Os investidores estão em compasso de espera pela decisão do Copom.

Em Nova York, os investidores mostraram otimismo, ainda refletindo a reunião do Federal Reserve (Fed, o BC americano) do dia 1°. O presidente do Fed, Jerome Powell, descartou voltar a elevar os juros, e os analistas agora esperam dois cortes este ano.

O índice Dow Jones avançou 0,46%, enquanto o S P 500, mais amplo, teve ganho de 1,03%. A Bolsa eletrônica Nasdaq 100 subiu 1,19%.

0,25 ponto percentual É o corte na Selic esperado por 60 entre 94 bancos e gestoras consultados pelo Valor Data

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeção para o IPCA no Focus passa de 3,73% para 3,72%

A expectativa para a **inflação** deste ano foi revisada no Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo Banco Central. A projeção de 2024 passou de 3,73% para 3,72%.

Um mês antes, a mediana era de 3,76%.

Para 2025, foco principal da política monetária, a projeção passou de 3,60% para 3,64%, ante 3,53% de um mês atrás.

Considerando as 116 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,70% para 3,71%. Para 2025, a projeção passou de 3,64% para 3,65%, considerando 113 atualizações no período.

Para 2026, a projeção continuou em 3,50% pela 44ª semana consecutiva - seguindo a reancoragem apenas parcial destacada pelo BC após a manutenção da meta de **inflação** em 3,0% para este e os próximos anos. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa seguiu em 3,50%, como também está há 44 semanas.

As estimativas do Relatório de Mercado Focus continuam acima do centro da meta para a **inflação**, de 3,00%. O IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta (4,75%, para um centro de 3,25% no ano passado), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em março projeção de 3,5% para o IPCA de 2024, igual à das reuniões anteriores, de dezembro e janeiro. Para 2025, também seguiu em 3,2%.

"SUAVIZADA" Os economistas do mercado financeiro também revisaram a expectativa para a **inflação** suavizada para os próximos 12 meses no Relatório de Mercado Focus desta semana de 3,56% para 3,60%, de 3,50% há um mês. Essa medida ganha importância no contexto da meta de **inflação** contínua a ser perseguida pelo Banco Central, em substituição a de ano calendário. O centro da meta é 3%.

Em junho do ano passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ao Conselho Monetário Nacional (CMN) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iria editar decreto estabelecendo uma meta

contínua de **inflação** a partir de 2025, em substituição à meta-calendário vigente hoje. No dia 20 de outubro, Haddad confirmou que não havia previsão para publicar o decreto.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-acf763e3a9c068642d39ad3c7037de20.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-acf763e3a9c068642d39ad3c7037de20.pdf)

# Incerteza sobre ritmo do Fed em juros tende a manter dólar forte e "indomável"

**Katie Martin** *Financial Times*

Como qualquer operador de câmbio da velha guarda lhe dirá: compre dólares, use diamantes.

Certamente a moeda parece no rumo de se tornar uma aposta decente este ano, e de uma forma que está provocando focos de estresse ao redor do mundo. Mas se você está à espera de um exercício do tipo choque e pavor para reverter isso, é provável que vá esperar por muito tempo.

À primeira vista, a moeda de reserva dominante no mundo está bastante parada neste momento.

O índice do dólar DXY, que monitora sua cotação comparada com uma cesta de outras moedas importantes, subiu mais ou menos 4% em 2024 - um aumento decente, mas nada espetacular. O índice ainda está cerca de 7% abaixo do nível histórico máximo a que chegou em setembro de 2022.

Mas para muitos analistas e investidores, isso só abre espaço para que o dólar continue a subir, enquanto os mercados recalibram suas expectativas quanto às taxas de juro dos EUA. "O dólar ainda tem mais para dar", escreveram os analistas de câmbio do UBSS habab Jalinoos e Vassili Serebriakov. Uma certa tensão já contamina a Ásia e os mercados emergentes, e não é difícil imaginar que se torne uma fonte de volatilidade mais geral como ficou comprovado pelo que se parece muito com uma intervenção oficial das autoridades do país na semana passada. O iene tem caído de modo consistente desde início de 2022. A moeda perdeu um terço do seu valor desde então, o que elevou a cotação do dólar para níveis que não se viam desde meados dos anos 1980. Mas o último tombo, em que o câmbio passou de 160 ienes por dólar, foi seguido por uma rápida recuperação.

Não teremos certeza sobre se isso foi reflexo de uma venda de dólares pelo Banco do Japão (BoJ) até que dados de suas reservas sejam divulgados nas próximas semanas, mas participantes do mercado não têm dúvidas de que a fonte seja essa.

De qualquer forma, isso de fato não surtiu efeito. Intervenções unilaterais raramente funcionam. O dólar recuou, sim, para uma cotação de cerca de 155 ienes,

portanto houve uma espécie de redutor de velocidade. Mas isso é tudo. Na verdade, os analistas traçaram metas mais altas, e não mais baixas, para o dólar em relação ao iene, depois da sacudida da semana passada.

"Isto é o que acontece quando um banco central adota uma configuração de política monetária completamente inadequada", disse Peter Fitzgerald, diretor de investimentos para multiativos e macro da Aviva Investors (para evitar dúvidas, ele se referia à taxa de juro de 0% do BoJ, e não à do dos mercados ainda este ano.

A razão para tudo isto, claro, é que, embora pareça mais ou menos provável que os EUA reduzam as taxas de juros este ano, isso não acontecerá antes de setembro, no mínimo. E a expectativa é que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) tome essa medida apenas uma vez, ou duas quando muito, ao passo que outros grandes bancos centrais de mercados desenvolvidos estão no rumo de fazer cortes muito mais cedo ou, no caso do Japão, presos a um cenário de relaxamento. Essa diferença é uma receita clássica para o vigor do dólar. No fim de abril, o Goldman Sachs informou que trabalhava com a previsão de que o dólar ficasse "mais forte por mais tempo", por causa de alguns elementos "desestabilizadores". A melhor chance para reverter isso é que dados fracos sobre emprego nos EUA, como os divulgados na sexta-feira, continuem assim.

Neste momento, o ponto de maior tensão é a taxa de câmbio do dólar em relação ao iene japonês, Fed, de pouco mais de 5%).

"A válvula de pressão é a moeda, e a única forma de resolver isso é por meio da política monetária", afirmou Fitzgerald. Para ele, a intervenção, supondo-se que foi isso o que aconteceu, não mudará a situação.

O Japão não está sozinho nisso.

No mês passado, o país manifestou sua preocupação sobre o assunto à secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, juntamente com a Coreia do Sul. Também no fim de abril, o BC da Indonésia surpreendeu o mercado ao elevar as taxas de juro, em um esforço para sustentar a rupia.

A fraqueza de moedas fora dos EUA não é algo totalmente ruim.

Ela pode, por exemplo, ajudar as exportações. O irônico é que, nas duas últimas décadas, o Japão passou anos tentando empurrar o iene para baixo, e não para o alto. Mas o tráfego de mão única e declínios rápidos são mais preocupantes e podem causar **inflação** ao aumentar o custo de artigos importados.

A Europa pode estar no rumo desse tratamento. O euro já oscila em torno de seus níveis mais fracos em duas décadas, cotado a US\$ 1,07, em grande parte por causa dessa diferença nos perfis das taxas de juro. Mas o Barclays está entre os que advertem que quedas mais acentuadas podem acontecer daqui para frente. Ele argumenta que um segundo mandato de Donald Trump nos EUA, que envolva novas tarifas comerciais, poderia empurrar a taxa de câmbio para baixo, em direção à paridade.

É quase certo que, nesse momento, os apelos para que as principais autoridades se unam e enfraqueçam o dólar se tornariam mais estridentes. Na verdade, durante seu mandato o próprio Trump era veementemente contra a fraqueza do euro. Mas até o momento todos esses riscos são apenas hipotéticos.

Analistas do UBS dizem que a barreira para uma intervenção multilateral no estilo das que ocorreram no fim dos anos 1980 - o único tipo que funciona - continua "muito alta". Para o banco, a intervenção coordenada "não está completamente fora de questão", mas exigiria força do dólar e volatilidade do mercado muito mais pronunciadas.

Talvez fosse necessário "um novo choque externo suficientemente urgente e abrangente para tornar palatável a ideia de coordenação das políticas internas, que costuma ser bastante controversa".

É difícil argumentar que os EUA têm necessidade urgente de cortar juros. Até que isso mude, países que sentem a pressão gritarão no vazio.

4% é a alta do índice DXY neste ano

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187863>

# Mercado reduz projeção de inflação e eleva alta do PIB até o fim do ano

O mercado financeiro reduziu a previsão de **inflação** para este ano. Segundo o boletim Focus, divulgado na segunda-feira pelo Banco Central (BC), o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 3,72%, um pouco menos do que a projeção da semana passada, de **inflação** de 3,73%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2024, os analistas também projetaram crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em relação ao anunciado na semana passada, quando a estimativa era de que a alta ficasse em 2,02%. Agora o mercado projeta um crescimento maior, de 2,05%.

Para 2025, a projeção é de que o **PIB** cresça 2%. Índice que se repete em 2026 e 2027.

A estimativa da **inflação** para 2024 está dentro do intervalo de meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a previsão é de que a **inflação** fique em 3,64% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027.

**Site:** <https://www.bemparana.com.br/edicao-impressa/edicao-07-05-2024/>

# Chuvas podem impactar economia do País

**JULIANA SODRÉ**

As fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Sul (RS) desde 27 de abril já trazem impactos para diversos setores econômicos. De produção agrícola, passando pela indústria, varejo e logística, as consequências são devastadoras, mas ainda sem dimensão apurada. Especialistas ouvidos pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO acreditam que a economia local será mais impactada que a nacional e que ainda é cedo para sugerir queda na produção do País ou possíveis alta da inflação nacional.

As chuvas provocaram enchentes em várias regiões do estado gaúcho, além da destruição de estradas e pontes. Serviços como o fornecimento de água, energia elétrica e telefonia foram afetados para milhares de pessoas. Na segunda-feira (6), cerca de 450 mil consumidores estavam sem energia, o número equivale a 10% das mais de 5 milhões unidades consumidoras cadastradas no estado gaúcho, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com balanço da Defesa Civil do estado gaúcho, o número de mortos já soma 83, enquanto 111 pessoas seguem desaparecidas e outros quatro óbitos estão sob investigação. Ainda de acordo com a Defesa Civil, mais de dois terços das cidades do Rio Grande do Sul estão sendo afetadas pelos eventos climáticos, sendo 345 municípios atingidos, e mais de 121 mil pessoas estão desalojadas.

São mais de 850 mil pessoas impactadas e 276 feridos.

Diante da situação provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já sobrevoou o estado por duas vezes nos últimos dez dias, assegurou ao governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), que a burocracia da máquina pública não impedirá a chegada de recursos para reconstrução do Estado.

O cenário deixa o setor econômico e ambiental em alerta.

Quais serão as consequências para a economia do Brasil? O que a sociedade precisa ficar atenta daqui para frente? O professor associado da Fundação Dom Cabral (FDC) de Finanças e Governança, Jairo Procianny, além de especialista do setor econômico, é testemunha do desastre. Residente da cidade de Porto

Alegre, ele tem acompanhado a situação com o olhar profissional e pessoal e avalia economicamente o momento.

"O estado do Rio Grande do Sul tem uma relevância importante na economia do País, somos a quarta economia nacional, sendo responsável por 6,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. Haverá perdas, talvez de 3 a 4 pontos percentuais no crescimento do **PIB** nacional a depender do tempo da retomada, mas é cedo para avaliar. Não acredito num impacto muito grande para o País", comentou.

Na visão do professor, a economia do País está diversificada e menos interdependente, dessa forma ele acredita que o impacto maior será para o estado gaúcho. Em conversas com empresários, eles contam que chegam a sondar um impacto maior do que a pandemia. "Na pandemia estava tudo parado, mas era possível produzir. Agora, não.

As indústrias e as plantações estão alagadas", analisou.

Na avaliação dele, as vendas para o estado cairão, mas não faltarão mercadorias. Para o professor, produtos específicos advindos do RS poderão sofrer inflação. Outro setor que ele acredita que sofrerá impacto é o de laticínios (leite e queijo). A indústria moveleira também foi lembrada em função da forte atuação na região e a dificuldade do transporte. "A indústria moveleira é muito forte por aqui e terá dificuldade de fazer entregas", comentou.

"Teremos também um impacto forte no varejo. As pessoas terão dificuldade para consumir porque foram muito impactadas. A indústria está parada, os centros de distribuição estão alagados e as estradas destruídas. Além de não ter como produzir, não há como escoar o que já tinha sido produzido e que não se perdeu", analisou.

Na agricultura, o professor avalia que a produção de arroz não será fortemente afetada.

Mesmo o estado gaúcho sendo responsável por mais de 65% da produção do arroz no País, ele não acredita num impacto forte. Isso porque, de acordo com ele, o produto precisa de muita água na produção.

"Para o arroz, as chuvas não serão problema", pontuou.

Já o milho e o sorgo poderão sofrer consequências na opinião do especialista, porque este mês é época da plantação para a safra de inverno e ela atrasará. Na pecuária, ele aponta que a região dos pampas não foi impactada, porém, ressalta que o fornecimento local de carnes pode sofrer pela dificuldade de escoamento da produção.

Impacto local - Para o coordenador do curso de Ciências Econômicas do Ibmec, Ari de Araújo, o impacto maior também será local, mas o impacto nacional é inevitável.

"Não quero dizer que o impacto será grande, mas ele acontecerá", disse.

Na visão dele, haverá um desabastecimento local, gerando alta nos preços. "As regiões vizinhas acabam sendo afetadas também. É difícil a gente avaliar valores ou quantificar as consequências, mas haverá um choque de oferta, ela poderá ser negativa", comentou.

Na visão de Araújo, negócios que dependam da venda ou da compra do estado gaúcho sofrerão mais pontualmente.

"A maior preocupação é com relação à economia gaúcha. Ela passará por um período de ajustes que ainda está por vir. Não sabemos o que vem por debaixo das águas", ponderou.

Saúde será um desafio para gaúchos

Professor da Fundação Dom Cabral, Jairo Procianoy divide o processo de reconstrução do estado do Rio Grande do Sul em duas fases.

Depois da reconstrução da infraestrutura e da economia, ele pontua o setor de saúde.

"Quando uma tragédia desse porte acontece, temos consequências na saúde também.

Proliferação de mosquitos, doenças por contágio de água contaminada, aumento da procura nos postos de atendimento, além dos impactos nos hospitais. Na cidade de Lajeado, 80% estão inutilizados.

E o acesso está difícil", comentou.

Em Porto Alegre, o professor conta que a previsão de estoque de oxigênio na cidade era até esta semana e a administração estava mobilizada para que não haja desabastecimento.

"Não sabemos o que mais pode acontecer", comentou.

Jairo Procianoy pontua que a maior preocupação é o tempo para tudo voltar à normalidade.

"As cidades atingidas são responsáveis por cerca de 50% da economia do estado.

A demora dessa reconstrução pode custar caro para a população", analisou. (JS)

**Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-07-05-2024/>**